

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

IARA FERNANDES DOS REIS

**O AVANÇO DA MINERAÇÃO NA AMZÔNIA E A RESISTÊNCIA DOS
MORADORES DA VILA RACHA PLACA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ
DOS CARAJÁS: UMA ANÁLISE A LUZ DO PROCESSO DE
ACUMULAÇÃO DO CAPITAL**

**Marabá-PA,
2014**

IARA FERNANDES DOS REIS

**O AVANÇO DA MINERAÇÃO NA AMZÔNIA E A RESISTÊNCIA DOS
MORADORES DA VILA RACHA PLACA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS
CARAJÁS: UMA ANÁLISE A LUZ DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO
CAPITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito para obtenção do título de bacharela e licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Regina Congilio

**Marabá, PA
2014**

IARA FERNANDES DOS REIS

**O AVANÇO DA MINERAÇÃO NA AMZÔNIA E A RESISTÊNCIA DOS
MORADORES DA VILA RACHA PLACA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS
CARAJÁS: UMA ANÁLISE A LUZ DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO
CAPITAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Célia Regina Congilio (Orientadora)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof^a. Dr^a. Edma Moreira (Examinadora)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof^a. M. sc. Simone Contente Padilha (Examinadora)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

**Marabá, PA
2014**

“Sejamos nós a transformação que queremos para o mundo”
Mahatma Gandhi

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à pessoas que amo muito: Iana, Doralice, Livia Maria, e Genival Crescêncio e, em especial, minha mãe Maria do Carmo (*in memorian*) que onde estiver continuará olhando por mim com certeza, e dando gargalhadas por mais essa vitória, porque apesar de tardio segui seus conselhos de valorizar os estudos. Gostaria também de dedicá-lo aos meus irmãos: Cloves Fernandes, Petronília Santos (*in memorian*), Honória Moraes, Rozanha Fernandes, Cleono Fernandes, Roziara Silva, Maria Rosa Fernandes, Severino Fernandes e Geraldo Reis.

AGRADECIMENTOS

Se eu fosse agradecer ou pontuar a toda (os) que me incentivaram nessa empreitada, sinceramente não caberia aqui. Contudo, me esforçarei ao máximo para não ser injusta ou esquecida. Todos envolvidos em minha vida acadêmica foram de grande relevância para meu desenvolvimento intelectual. Mas, sem sombras de dúvidas, duas pessoas foram fundamentais nesse processo. Raimundo Gomes da Cruz Neto (CEPASP- Centro de Educação pesquisa e Assessoria Sindical e Popular), por todas suas orientações de leituras que me possibilitaram compreender melhor o contexto em que estou inserida e principalmente por suas contribuições como pessoa, que não foram menos relevantes, e principalmente por ter me inserido no mundo dos movimentos sociais. E com certeza é um grande amigo e companheiro que levarei comigo para sempre! A outra é a professora Célia Regina Congilio, desde nosso primeiro contato percebi que ali nasceria uma bela amizade, e quando nos encontramos em sala de aula em uma disciplina ministrada por ela, reafirmou ainda mais minha admiração. Ficou claro que não seria apenas uma simples amizade, mais que haveria grandes possibilidades de novas construções voltadas numa mesma perspectiva de transformação de sociedade, em mundo que sejamos socialmente iguais. Mas, para além do âmbito acadêmico uma grande companheira e amiga e com certeza levarei comigo para sempre!

Não poderia deixar de agradecer aos moradores da vila Racha Placa, pelo carinho, paciência e receptividade. Prefiro agradecer sem citar nomes, pelos os mesmos encontrar-se em processo de negociação com a empresa, evitando possíveis represálias por parte desta.

Meus agradecimentos à CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Marabá e de Xinguara, em especial a companheira Rose por suas contribuições neste processo. Sendo esta entidade fundamental para reflexões importantes acerca dos acontecimentos conflituosos que surgem a cada dia na região sul e sudeste do Pará. Grande parceria, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos companheiros do Movimento Debate e Ação (Edileuza, Rafael, Tiago, Marcelo, Éric, Jaqueline, Simoninha, Simone Paiva, Jane e a outros que recentemente se integraram ao coletivo), que me proporcionaram belos momentos e que espero continuar contribuindo, para que juntos possamos continuar sonhando e lutando por um modelo de sociedade justo, diferente e igualitário.

Meus sinceros agradecimentos ao MST (Movimento Sem Terra), que me proporcionou uma reflexão ampla da necessidade de se lutar por igualdade social, e que a reforma agrária tem que ser defendida por todo (as) deste país, numa bandeira única por justiça social. Agradecimento especial ao companheiro Charles Trocate, que proporcionou belos momentos.

Agradeço muitíssimo aos amigos (os): Rose, Fabiano, Etiane, Juliano, Carlos Ribeiro, Ângela, Sidnéia, comadre Sandra e Éric. Amigos especiais que estiveram ao meu lado em momentos alegres e tristes durante este processo e sei que continuarão após. Agradeço pela postura e coerência em seus comportamentos pelo apoio incondicional. É como diz minha amiga e companheira Rosemary (Rose CPT) “Em momentos de crises, só se mantém o que tem coerência”... Obrigada mais uma vez Rose, Éric e Fabiano, por tudo! Levarei estes amigos para sempre.

Um agradecimento especial, ao meu companheiro e amigo Genival, que muito me surpreendeu com sua tolerância e paciência durante minha graduação. Que apesar de não se rotular “revolucionário”, sua postura mostrou-se contrária. Parabéns meu querido! Sinto-me feliz de continuarmos firmes na construção de uma nova relação. Muitíssimo obrigada por considerar e respeitar meu conceito de liberdade. Que façamos de nossos discursos nossas práticas!

E por fim, agradeço aos professores da graduação, em especial aos professores: Cloves Barbosa, Simone Contente, Edma Moreira, Leonardo Cruz. E a minha turma de 2008 em especial ao meu amigo que partiu precocemente Agelson Vaz que levarei para sempre comigo.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar o processo de articulação e resistência na localidade da Vila Mozartinópolis (Racha Placa) no município de Canaã dos Carajás. A mesma encontra-se no entorno do que vem a ser o maior projeto de exploração mineral da empresa VALE S/A, denominado Projeto de Ferro Carajás S11D localizado na Serra Sul, que se encontra em fase de implantação. Apesar da mineradora não ser mais estatal, continua recebendo do Estado todos os benefícios possíveis para a consolidação deste empreendimento, ou seja, o Estado como gerenciador do grande capital. Para tanto a Vale reivindica áreas próximas ao projeto, fazendo com que os agricultores e moradores da referida vila acerca deste, passem por um processo árduo de expropriação.

Palavras-chave: Vila Racha Placa, Estado, Vale, Acumulação Capitalista, Mineração na Amazônia.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the process of articulation and resistance in the town of Vila Mozartinópolis (Racha Plate) in the town of Canaan. The same is in the vicinity of what is to be the largest mineral exploration project company VALE S / A, called the Iron Project located in the Carajás Serra Sul S11D, which is under implementation. Despite the miner not be more state, the state continues to receive all possible benefits to the consolidation of this project, ie the State as big business manager. It claims to both close to the project areas, making farmers and residents of the village said about this, go through an arduous process of expropriation.

Keywords: Villa Racha Board, State, Valley, Capitalist Accumulation, Mining in the Amazon.

LISTA DE IMAGEM

Imagem 01: Localização da área de abrangência do Programa Grande Carajás.

Imagem 02: Eixos de integração e desenvolvimento.

Imagem 03: Mapa Situacional da Micro-região de Carajás onde se localiza o município de Canaã dos Carajás.

Imagem 04: Mapa de Localização do Projeto S11D

Imagem 05: Aspectos do canteiro de obras do Projeto S11D em meados do ano de 2013.

Imagem 06: Aspectos do canteiro de obras do Projeto S11D em meados do ano de 2013.

Imagem 07: Placa de identificação do Projeto S11D.

Imagem 08: Mapa do Complexo Minerário Serra Sul e a disposição dos blocos.

Imagem 09: Mapa de comunidades impactadas ao longo da ferrovia de Carajás.

Imagem 10: Imagem aérea da Lagoa do Violão na Serra Sul.

Imagem 11: Imagem aérea da Vila Racha Placa.

Imagem 12: Placa de identificação da FLONA-Carajás.

Imagem 13: Cachoeira do André. Água capitada por gravidade e distribuída para a Vila.

Imagem 14: Cachoeira do André. Será impactada pelo S11D.

Imagem 15: Feira de Canaã dos Carajás, alimentos da agricultura familiar de comunidades vizinhas.

Imagem 16: Escola de ensino fundamental e médio da vila Racha Placa.

Imagem 17: Posto da ADEPARA desativado da vila Racha Placa.

Imagem 18: Imagem com casas em demolição na Vila Racha Placa

Imagem 19: Imagem com casas em demolição na Vila Racha Placa

Imagem 20: Reunião entre moradores e movimentos sociais na Vila Racha Placa

Imagem 21: Momento de dialogo entre representantes da Vale e moradores da vila Racha Placa.

LISTA DE SIGLAS

4ª URE – 4ª Unidade Regional de Ensino do Estado do Pará

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

APEX-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

BB - Banco do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico –;

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPASP - Centro de Educação pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)

EFC - Estrada de Ferro Carajás

FLONA - Floresta Nacional

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRSSA - Iniciativa de Integração da infraestrutura Regional Sul-Americana

MRE - Ministério das Relações Exteriores

PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A IMPORTÂNCIA DO ESTADO.....	17
2. A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS.....	25
2.1. Projeto Grande Carajás e a mineração do ferro.....	26
2.2 O Projeto IRSA.....	30
2.3. O Projeto S11D e a expansão da exploração do ferro em Carajás.....	32
3. VILA RACHA PLACA: CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS	44
3.1. Vila Racha Placa	45
3.2. Resistência dos moradores da Vila Racha Placa.....	55
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Antes de discorrer sobre a essência deste trabalho, consideramos importante recorrer a origem do mesmo, ou seja, trazer elementos iniciais que nos impulsionou e inspirou a seguir com o estudo sobre os impactos das atividades minerais no município de Canaã dos Carajás. Ele iniciou a partir de um projeto de pesquisa do CEPASP (Centro de Educação pesquisa e Assessoria Sindical e Popular) tendo como parceiros a CPT de Marabá (Comissão Pastoral da Terra), UFPA (Universidade Federal do Pará) Campus I de Marabá, no ano de 2010; sendo esta pesquisa com contornos mais empírico, e com intuito inicial voltado mais para militância, haja vista que nessa época surge o Movimento Debate e Ação, de que sou parte até então. Por esse motivo este primeiro projeto não era voltado totalmente para o âmbito acadêmico. Toda via, foi a partir de 2012 com o projeto de pesquisa da CEPASP/UFPA: Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudeste do Pará. Promovido pela professora Célia Regina Congilio, que o tema em questão toma contornos acadêmicos, com bases em pesquisa teóricas e empíricas, dando continuidade as pesquisas no município de Canaã dos Carajás, mais especificamente na comunidade da vila Racha placa, atingida diretamente pelo Projeto de Ferro Carajás S11D da mineradora Vale. O que chamou atenção nos dois projetos foi o fato de ambos terem em seu cerne uma perspectiva de análise a partir dos sujeitos locais, considerando suas narrativas, formas de vida, sobretudo com o objetivo de visibilizá-los no processo da instalação do projeto S11D.

Desde a década de 1980, a região sul e sudeste do Pará, vem passando por transformações incomensuráveis, sobretudo de impactos socioculturais e ambientais nas comunidades que estão no entorno destes, ocasionados pelos grandes projetos, sobretudo das atividades voltadas para mineração, tendo estes, em sua essência o discurso de desenvolver a região, impulsionar sua economia, a patamares nunca visto antes. É com esta compreensão expansionista do capital que o governo tenta alavancar a economia nacional por meio da exportação de commodities, voltada principalmente para a mineração. A causa disto encontra-se na dinâmica do capitalismo histórico nacional, que possui característica de relação de dependência, e passa por processos de acumulação semelhantes às formas primitivas.

Compreendemos que o segredo da acumulação nessa região acontece especialmente mediante expropriação, mercantilização e privatização da terra. Para tanto se faz necessário a expulsão dos que vivem da terra, retirando destes o direito à mesma, convergindo-a em direitos de propriedades exclusivos.

A temática posta em questão abre precedente para várias discussões, entretanto, tomamos para análise deste trabalho demonstrar: quais formas, instrumentos de resistência tem sido mobilizados e construídos pela população da vila Racha Placa em virtude da implantação do projeto S11D.

O objetivo geral deste trabalho é tentar compreender como a população atingida tem se organizado coletivamente diante da situação de retirada da área para implantação do referido projeto. Para que estes objetivos fossem alcançados, foram imprescindíveis alguns procedimentos e etapas que permitiram explorar a complexidade de múltiplos aspectos dos temas abordados que nos permitiram a leitura a qual apresentaremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Dentre estes procedimentos e etapas estão: a) revisão bibliográfica; b) leitura de documentos publicados por órgãos públicos, entidades privadas e movimentos sociais; c) sistematização de leituras e informações diversas obtidas. Para realização das análises nos fundamentamos basicamente em uma abordagem metodológica qualitativa, porém à medida em que foi necessário utilizamos de outros tipos de instrumentos metodológicos como: a quantificação de dados, a realização de entrevistas, incursões de pesquisa de campo, registros fotográficos, Reuniões Públicas, que ajudam no levantamento de informações referentes a este trabalho.

Nesta discussão serão abordados órgãos estatais e governos e como estes vêm agindo na condução das negociações entre empresa e Vale e moradores da vila Racha Placa. Tentamos compreender como se dá a dinâmica da exploração mineral no município de Canaã dos Carajás, e os diversos interesses que permeiam esse processo, assim como os impactos socioambientais e culturais enfrentados pelos moradores da supracitada vila.

No primeiro capítulo buscamos esmiuçar sobre o processo de acumulação capitalista e de que forma o Estado vem contribuindo para consolidação deste processo e de como isto perdura até os dias atuais. Faremos isto, baseados em uma perspectiva marxista, embasados, em alguns teóricos como Harvey (2006); (2011), Engels (1995), Luxemburgo (1985) e o próprio Marx (1989);

No segundo capítulo discutiremos sobre a acumulação capitalista na Amazônia, a partir da implantação dos grandes projetos pensados para a região sul e sudeste do Pará. Para melhor compreensão do tema, buscamos referências em estudiosos como: Hébette (2004); Picoli (2006); De Paula, (2013); Teixeira, (2006); Pierre; Malerba (2010). Estes autores foram fundamentais para ajudar a compreender as “políticas estratégicas” que o Estado Brasileiro tem empreendido para garantir a expansão/acumulação e consolidação do capital, a partir dos grandes projetos, mais especificamente das atividades minerais. Nesta perspectiva

discutiremos a ação do governo a partir da Iniciativa de Integração da infraestrutura Regional Sul-Americana (IRSSA), considerando que este projeto de integração dos países latino americanos pode ser considerado até então como um dos projetos mais ambiciosos destes governos, e que seus desdobramentos e seus verdadeiros propósitos estão longe de serem compreendidos pela sociedade.

No terceiro capítulo pretendemos demonstrar o processo de contradições e resistência na vila Racha Placa, e os desdobramentos causados pela implantação dos projetos minerais, dirigidos pela Vale no município de Canaã dos Carajás, especialmente o Projeto de Ferro Carajás S11D, buscando destacar de que forma a inserção desses projetos implica, direta e indiretamente, nas comunidades que estão situadas no entorno destes empreendimentos, de que forma seus moradores vem tentando construir e se articular com movimentos sociais da região, respostas que possibilitem a organização para o enfretamento, com finalidade de minimamente não saírem deste processo com prejuízos mais acentuados pelo qual estão passando.

1. O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A IMPORTÂNCIA DO ESTADO.

Neste capítulo procuraremos apresentar conceitos e articulações teóricas que nos orientaram na construção e fundamentação deste trabalho, tendo como tema central nesta argumentação teórica o processo de acumulação do capital. Para tanto, buscou-se, em alguns teóricos como Harvey (2006); (2011), Engels (1995), Marx (1989); Luxemburgo (1985) leituras que possibilitem uma melhor compreensão desse procedimento inerente ao capitalismo.

No segundo capítulo de “O capital”, Karl Marx explana como se deu o processo de acumulação de capital por espoliação. O autor baseia seus estudos entre os períodos dos séculos XV e XVIII, no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, buscando desconstruir as teorias dos economistas burgueses liberais sobre a acumulação do capital, demonstrando os verdadeiros meios com que esse processo foi realizado ao longo dos séculos citados. Para ele, neste período de transição de modos de produção a acumulação primitiva foi ponto de partida para o desenvolvimento do capitalismo que mais tarde se consolidaria na Europa (MARX, 1989).

Conforme afirma Marx, “*o segredo da acumulação primitiva do capital é a expropriação*”, pois segundo ele, não é possível acumulação em “*estado puro*”, esse processo só é possível por meio do saque, ou seja, a partir de todo tipo de atrocidades possíveis. Esses meios baseiam-se na dominação e no predomínio da força bruta, cometendo crueldades corroboradas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal (BRANDÃO, 2010, p. 45).

Em termos gerais Marx (1989, p.380) coloca de forma sistematizada que:

A Chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista [...] A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela (MARX, 1989, p.830).

Um fator fundamental da acumulação primitiva foi que no processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, marcado principalmente pela retirada do camponês e do produtor rural do seu meio de produção e, conseqüentemente, de suas terras, onde as antigas instituições feudais lhes garantiam sua sobrevivência, foram cruciais para o

desenvolvimento do capitalismo em esferas internacionais. A expropriação, dos camponeses que subsistiam da terra, ficaram privados do seu meio de produção fundamental que era, e até hoje em dia é, a terra, ocorrendo assim um processo de desagregação entre o trabalhador e a propriedade, fazendo com que os trabalhadores do campo fossem sujeitados a uma nova forma de produção que não é mais a forma tradicional com que lidavam. Passaram a vender sua força de trabalho, assalariando-se, para que, assim, fosse garantida minimamente sua sobrevivência, dando continuidade a esse processo. Isso possibilitou e culminou com o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas e também da acumulação do capital que passou a ter sua base na exploração da mais-valia, ou seja, na exploração da força de trabalho, que passou a ser mensurada por mecanismos monetários como o assalariamento. Já no início do sistema capitalista percebe-se a expropriação dos meios de produção do produtor rural, do artesão e do camponês. O que antes era produzido para garantir a sua subsistência e de sua família, agora virou mercadoria e, conseqüentemente, passou a ser vendido por um valor mínimo, pelo salário, altamente desvalorizado, para os donos dos meios de produção. A seguir veremos uma anotação de Engels; Marx (2006, p. 34-35) sobre o assalariamento:

[...] O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo de salário, isto é, a soma dos meios de subsistência necessários para manter vivo o trabalhador. Assim, por meio de sua atividade, o trabalhador se apropria apenas do suficiente para recriar sua existência. [...] Na sociedade burguesa, portanto, o passado domina o presente; na sociedade comunista, o presente domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, enquanto o indivíduo que trabalha não tem autonomia nem personalidade.

Percebemos que Marx nos fornece duas formas de acumulação de capital uma que se baseia na mais-valia e outra pelo processo de espoliação ou o que ele denominou de acumulação primitiva. Esta elaboração teórica também se constitui enquanto uma crítica aos economistas burgueses. Essa crítica pode ser percebida quando o mesmo se dirige a Bernard de Mandeville que, segundo ele, seria um homem “*lúcido e honesto*”. Todavia, o economista não foi capaz de perceber que está no cerne da acumulação capitalista converter, ao máximo possível, a massa de pobres trabalhadores em proletários assalariados, deixando-os cada vez mais em situação de dependência da venda de sua força de trabalho aos donos dos meios de produção, culminando, conseqüentemente, na valorização do capital crescente. Vejamos parte desta crítica a seguir:

Onde a propriedade esteja suficientemente protegida, seria mais fácil viver sem dinheiro do que são pobres, pois quem faria o trabalho? (...) Assim como os trabalhadores devem ser preservados de morrer de fome, também não deveriam

receber nada que valha a pena ser poupado. Se aqui e ali alguém da classe mais baixa, por incomum esforço e apertando o cinto, eleve-se acima das condições em que foi criado, ninguém deve impedi-lo: sim, inegavelmente o plano mais sábio para cada pessoa na sociedade, para cada família, ser frugal, mas é o do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres nunca esteja inativa e, ainda assim, continuamente gaste o que ganha. (...) Aqueles que ganham a vida com seu labor diário (...) não têm nada que os aguilhoie para serem serviçais senão suas necessidades, que é prudente aliviar, mas loucura curar. A única coisa que pode tornar o homem trabalhador esforçado é um salário moderado. Um pequeno demais torna-o conforme seu temperamento, desalentado ou desesperado; um grande demais torna-o insolente e preguiçoso. (...) Do desenvolvimento até aqui segue que, numa nação livre em que não sejam permitidos escravos, a riqueza mais segura consiste numa porção de pobres laboriosos. Além de serem a inesgotável fonte fornecedora da marinha e do exército, não poderia haver sem eles satisfação e nenhum produto de qualquer país seria valorizável. Para fazer a sociedade (que obviamente consiste em não trabalhadores) “feliz a sociedade” (que tente, mesmo nas piores circunstâncias, é necessário que a grande maioria permaneça tanto o quanto ignorante quanto pobre). O acontecimento amplia e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente suas necessidades podem ser atendidas (MARX, 1996, p. 247).

Tanto a forma de acumulação por expropriação como pela mais-valia produzem contradições muito problemáticas e que foram praticamente ignorados por economistas burgueses. No que concerne à acumulação pela mais-valia a produção cada vez mais excessiva dela, por parte dos donos dos meios de produção, é que, por mais que os trabalhadores assalariados, em algum momento, cheguem a patamares elevados, dificilmente deixarão sua condição de vendedores de força de trabalho, ou seja, continuarão sendo explorados pelos donos dos meios de produção o quanto for necessário, pois estes desejam valorizar seu capital cada vez mais, aplicando o mínimo possível de recursos para garantir seus lucros.

Ou seja, para Marx não há mágica no processo de acumulação de capital, para transformar dinheiro em capital é necessário mais do que a simples existência da produção de mercadoria e sua circulação, se faz necessário, nesse processo, conectar diversas forças que possibilitem a acumulação do capital. Para o autor, “a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, neste caso, seria o ponto de partida do processo de produção capitalista” (MARX, 1989 p, 203). Ele afirma ainda que o que seria apenas um ponto de partida desse processo se perdurou pelos tempos através do processo de reprodução simples, como resultado eficaz da produção capitalista. Este processo de produção dado de forma contínua, conseqüentemente, transforma bens materiais em capital.

Todavia, nessa história de somas e ganhos por parte dos capitalistas, o trabalhador é a principal ferramenta para que seus lucros se desenvolvam ao longo do tempo. Este trabalhador acaba por ser extirpado desta “bela história” de lucros permanentes, desde seu

início até o final, ou seja, o trabalhador entra e sai dessa história da mesma forma que entrou, ou, muitas vezes, em condições até piores. Isso acontece por duas razões: quando este trabalhador é posto num processo de alienação da sua força de trabalho e, principalmente, quando ele é colocado num processo de extrema alienação de toda uma realidade nefasta, em que é submetido, conscientemente, por seus empregadores: é retirada dele a possibilidade de pensar criticamente sua própria existência. Relaciona-se isso com o pensamento de Marx que diz que “o escravo romano estava preso por correntes a seus proprietários, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis” (MARX, p. 206, 1989).

Dentre estas formas de acumulação de capital, a acumulação por espoliação ou acumulação primitiva é a que nos referenciamos para pensar as outras etapas deste trabalho. Entendemos que as ideias de Marx (1989) são fundamentais e basilares, contudo leituras mais contextualizadas e atualizadas também são necessárias. Dentre elas a importante contribuição contextualizada e aplicada de Luxemburgo (1985) para compreensão desse movimento histórico. Esta autora fundamenta-se nos estudos feitos a partir da expansão do capital no Oeste e Leste dos Estados Unidos, assim como em outros países, como a África do Sul e faz um apanhado geral da história da subsistência camponesa, a partir da luta incessante do capital contra a economia natural e da brusca separação entre a agricultura e a indústria. Ela traz como exemplo o artesanato e agricultura na idade média, atividades que nessa época estavam sendo incorporadas à produção mercantil. Apesar de todos os percalços oriundos da expansão do capital, essa atividade econômica continua sendo de suma importância para a subsistência camponesa. “Como ocupação doméstica acessória do tempo não preenchido pela agricultura, o artesanato representou um papel importante na subsistência da economia camponesa” (LUXEMBURGO, 1985, p 271).

Para a autora, este processo de divisão entre economia natural e indústria implica em vários fatores. Todos são de plena relevância de análises. Todavia, este estudo está focado no processo de monopolização de terras pelo capital, por considerar este um dos principais fatores que levaram os camponeses a categoria de trabalhador assalariado e, conseqüentemente, a condições de precariedade nunca vistas antes pela humanidade.

O capital, para expandir-se, desconsidera todas as formas tradicionais necessárias para garantia da existência humana nos seus vários aspectos, sejam eles: social, cultural, produtivo etc. Estes só são válidos se voltados ao interesse único e exclusivo do capital, ou seja, na produção e reprodução da mais valia. Uma cultura altamente voltada para o mercado, tendo como objetivo principal transformar pessoas “livres” em seus “escravos consumidores”. Para tal, não mede esforços, utiliza-se de tudo que for possível para concretizar seus objetivos

(LUXEMBURGO, 1985). De acordo com o que já foi citado pela autora, em estudos feitos em diferentes países, conclui-se que as estratégias utilizadas pelo capital são basicamente as mesmas, dentre estas a violência e a coerção física que se manifestaram historicamente através das guerras:

[...] Nos Estados Unidos a guerra servira de ponto de partida para as transformações, na África do Sul ela marcou o fim da economia camponesa. O resultado foi o mesmo a vitória do capital sobre a pequena economia, que surgira, por sua vez, das ruínas das organizações primitivas da economia natural dos nativos [...] (LUXEMBURGO, 1985, p. 284).

Tais contribuições dão subsídio para uma melhor compreensão desse processo e suas fases, que são divididas em três: a) Luta contra a economia natural (camponesa), ou seja, substituição desta pela propriedade privada; b) Luta contra a economia mercantil; e c) Concorrência do capital no cenário mundial, pelas condições restantes para acumulação e centralização de riquezas. Para tanto, se além de todo um aparato de justificativas, dentre o qual podemos destacar o discurso permanente da supressão da economia natural (defasada) por uma que dê conta de elevar a sociedade ao grau de “desenvolvimento” atribuído pelas sociedades ditas modernas. Luxemburgo (1985) ainda destaca que este processo foi extremamente violento e que não ocorreu de forma pacífica, essas mudanças se deram de formas bastante conflituosas. Entretanto, por onde existiram estes processos, ocorreram focos de resistência por parte das populações atingidas, mas os processos políticos, ideológicos se sobressaíram por serem muito intensos, fazendo com que as populações atingidas pela expansão do capital acabassem sendo empurradas cada vez mais para longe de suas terras de origem, tendo que se adaptar a uma nova realidade, com a incerteza do amanhã sempre a lhe espreitar, conforme afirma Luxemburg:

As estradas de ferro, ou seja, o capital europeu (principalmente o inglês) levaram o fazendeiro americano a atravessar, passo a passo, as imensas pradarias do leste e do oeste do país. Aí ele exterminou os índios, com suas armas de fogo, cães policiais, álcool e sífilis, transplantando-os violentamente do leste para o oeste, a fim de apossar-se de suas terras, das “terras sem dono”, desbravando e cultivando as mesmas. Sob a presidência de Monroe, o Congresso da União decidiu, em 1825, transferir os índios do leste do Mississippi para o oeste. Os peles-vermelhas – ou pelo menos os que restaram da carnificina das quarenta guerras indígenas – resistiram bravamente, mas acabaram sendo expulsos como ladrões, impelidos para o Oeste como manadas de búfalos e enfiados em “reservas” qual animais enjaulados. Os índios tiveram de ceder lugar aos fazendeiros, agora era a vez do fazendeiro ceder lugar ao capital e ser ele mesmo empurrado para outro lado do Mississippi. (LUXEMBURGO, 1985, p. 272 -276).

Outra contribuição importante para uma análise crítica sobre a acumulação primitiva é de David Harvey que mais contemporaneamente tem nos fornecido importantes fundamentos a partir de sua compreensão de acumulação na contemporaneidade. O autor dá uma revitalizada no conceito e coloca em discussão a centralidade do papel do Estado. Ele concorda com a ideia de Marx sobre acumulação primitiva, mas faz uma análise mais profunda desse fenômeno. O que para Marx seria um ponto inicial para o desenvolvimento do capitalismo, a espoliação, como particularidade da pré-história do modo de produção capitalista, para Harvey (2006) passa a ter caráter permanente e não apenas circunstanciais do modo de produção capitalista, estendendo-se violentamente para todo globo terrestre e o Estado dando-lhes toda garantia necessária.

(...) com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos. Existem consideráveis evidências, como sugere Marx e confirma Braudel, de que a transição ao desenvolvimento capitalista foi amplamente submetido ao apoio do estado (HARVEY, 2006, p.109).

Para compreender melhor o processo do desenvolvimento capitalista é essencial que se saiba o papel do Estado nesse contexto e sua inserção na história da humanidade, independentemente de seu período histórico. Pode-se conferir isto nos estudos de Engels (19xx), que discute o surgimento do Estado e de como este se desenvolve conferindo todos os poderes para a classe dominante ou possuidora dos meios de produção.

Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com a riqueza, ficando evidente que o Estado pode ser dito claramente tratar-se de um organismo para a proteção da classe possuidora para protegê-la contra a não possuidora. Foi assim nas classes atenienses e romanas, classificadas segundo a riqueza. Foi assim no Estado feudal da Idade Média, onde o poder político era distribuído conforme a importância da propriedade territorial. E é assim no censo eleitoral dos Estados representativos. (...) A república democrática, a mais elevada de todas as formas de Estado, (...) Nela, a riqueza a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro. Por um lado sob a forma de corrupção direta dos funcionários Estado, de que a América é exemplo clássico e, por outro lado, sob a forma de aliança entre o governo e a bolsa de valores. (...) E por último, é diretamente por meio do sufrágio universal que a classe possuidora domina (ENGELS, 1995, p.184).

Outro fator preponderante na contribuição de Engels para que se possa entender o Estado capitalista é a divisão do trabalho, pois assim como Estado que nem sempre existiu como o é na atual sociedade moderna, a forma de produção capitalista também não. Sobretudo, ao retirar das mãos do trabalhador sua produção, ou seja, o domínio do resultado final do seu produto acaba retirando também algo importante para a manutenção da

humanidade – seu espírito comunista (de dividir sua produção entre as demais comunidades, por mais difícil que tivesse sido o processo) – e, conseqüentemente, sua independência com o desenvolvimento desse sistema. O homem passa a ser mercadoria, independentemente de qual seja sua vontade. Conforme definido por Engels:

Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava também por distribuição direta dos produtos no interior das comunidades comunistas, maiores ou menores. Esse caráter comum da produção verificava-se dentro dos demais estreitos limites, mas trazia consigo a dominação dos produtores sobre seu processo de produção e seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía das suas mãos. E, enquanto a produção se processa nessa base, não pode gerar poderes estranhos a eles, como ocorre regular e inevitavelmente na civilização. (...). Não se demorou muito para descobrir a grande “verdade” de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força do homem podia chegar a ser objeto de troca e de utilização, desde que o homem se transformasse em escravo. Mal os homens haviam começado a trocar, acabaram eles próprios sendo logo a seguir trocados. O ativo se transforma em passivo, quer os homens quisessem quer não (ENGELS, 1995 p. 185 -187).

Com a criação do Estado não cabia mais ao povo decidir seu destino, agora este era regulamentado juridicamente por forças superiores as suas, as quais competiam “proteger” o povo a qualquer custo, mesmo que para isso fosse necessário se utilizar da força bruta. Afinal de contas é para o “bem estar de todos (as)”, é para sua própria proteção. Historicamente, as relações entre os seres humanos sempre foram marcadas por conflitos. Entretanto, as decisões eram tomadas por cada povo, nem que para isso fosse necessários recorrer à prática da guerra (antes da criação da pólvora e outros elementos de destruição em massa, promovendo a extinção da vida na terra), “feita anteriormente apenas para vingar ataques ou para ampliar o território, já demasiado insuficiente, era empreendida agora sem outro propósito que do saque” (ENGELS, 1995, p. 175-176), ou seja, as decisões não competiam á forças exteriores. Agora é retirado esse poder das mãos do povo, competindo às decisões ao Estado, como “proteger” o próprio povo de suas decisões equivocadas – esses, julgados incapazes de tomar decisões, cabe ao Estado fazê-lo. Todavia, o papel principal do aparelho estatal é o de proteger, indubitavelmente, a propriedade privada, em favor das classes dominantes.

Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 1995, p. 183).

Para tanto as classes dominantes se utilizam de todo o aparato estatal: administrativo, político, jurídico, militar e policial. E os governos não passam de gestores dos interesses do capital, seja ele a nível nacional ou internacional (MARX; ENGELS, 2006). Diante disso cabe fazer alguns questionamentos, dentre eles: Seria possível falarmos de um capitalismo ético, positivo e que beneficiasse à todos, sem a exploração seja de homens e do meio natural e sem o apoio e conveniência do Estado? Como já visto alguns autores clássicos e atuais nos alertam sobre a importância de fazermos uma reflexão mais crítica deste processo. O próprio HARVEY (2011, p. 193) nos fornece elementos básicos para um ponto de partida desta reflexão a partir do que se coloca a seguir: “A primeira lição que precisa aprender é que um capitalismo ético, sem exploração e socialmente justo que beneficie a todos é impossível. Contradiz a própria natureza do capital”.

Chegado a este momento podemos perceber que o processo de desenvolvimento do capitalismo possui alguns elementos fundamentais, dentre eles a expropriação de meios de vida e populações, a exploração intensa da força de trabalho e de recursos naturais e a aliança fundamental do Estado.

2. A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS.

Presume-se que nenhum outro lugar no globo terrestre seja tão fundamental para a existência humana quanto à região amazônica. Nela são encontradas as maiores florestas tropicais e biodiversidade do planeta terra. Um exemplo capital disto é o seu potencial em biodiversidade que comporta quase um terço de todas as espécies de seres vivos existentes no planeta e um quarto de toda a água doce do mundo. Humanamente seu território abriga inúmeras formas de vida como extrativistas, indígenas, dentre muitos outros. Todavia, nas últimas décadas a região tem passado por frequentes ameaças, conflitos e degradação socioambiental, pontos estes de que nos ocuparemos ao longo das discussões deste capítulo.

Em termos históricos podemos atribuir que o marco para as transformações que tem se dado nas últimas décadas foi o discurso de 10 de outubro de 1940 do então presidente Getúlio Vargas, conforme trecho do mesmo citado a seguir:

[...] Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e seus capitais (BRASIL apud HEBETE, 2004, p. 31)

A partir desse marco se desencadeia uma série de processos e projetos em que fundamentalmente, em termos socioeconômicos, culmina com a ocorrência da substituição da economia natural por uma lógica mercantilista impulsionado, significativamente, pelos discursos governamentista, do “desenvolvimento” e do “progresso” para a então “incivilizada” e desabitada região, conforme pensavam os planejadores e técnicos que não levaram em consideração a existência humana diversificada da região. Se, por um lado, a região amazônica sempre foi invisibilizada do ponto de vista da existência humana, por outro, a sua potencialidade em recursos sempre ganhou notoriedade, principalmente em relação aos recursos minerais. Essa parece ser uma das maiores estratégias da ideologia do desenvolvimento: frisar a ideia de que a Amazônia representa um vazio demográfico, em contrapartida às suas riquezas tidas como infinitas e que por isso elas podem ser exploradas ao sabor das pretensões de grandes empresas que aqui se estabeleceram a partir de meados da metade e do fim do século XX.

Neste contexto as manifestações mais nítidas dessas mudanças foram a implantação de grandes projetos para a acumulação capitalista. Vejamos a seguir o que define (DE PAULA, 2013) sobre estes grandes projetos que se implantaram nas últimas décadas do século XX na Amazônia:

Resumidamente, denominamos como “grande projeto” aquilo à objetivação dos empreendimentos do capital em seu conjunto e o modo como se territorializam em múltiplas escalas. Da intensificação da exploração dos bens naturais e construção de infraestruturas correspondente, até aqueles voltados para as obras de re-urbanização [...]. Ademais dessa expressão material ele envolve outras dimensões objetivas voltadas para as necessárias adaptações nas formas de dominação e construção de “consenso ativo” em torno da hegemonia burguesa.

Dentre estes grandes projetos estão, o Programa Grande Carajás (PGC) que foi implantado para a exploração de minério de ferro em Carajás no Estado do Pará. Ao longo dos tempos muitas contradições e conflitos tem sido recorrentes em virtude da implantação e expansão deste grande projeto. Na seção seguinte veremos de forma mais detalhada alguns elementos e desdobramentos deste projeto.

2.1. Projeto Grande Carajás e a mineração do ferro.

O governo da ditadura militar, através de sua política desenvolvimentista, sempre esteve muito voltado para a Amazônia no sentido de implantar infraestruturas, disponibilizar financiamentos e incentivos fiscais para pessoas físicas e grandes empresas que se interessassem em explorar os recursos naturais nela existentes ou implantar projetos agropecuários e agroindustriais. Nesse contexto surge o Programa Grande Carajás (PGC), um projeto de exploração mineral da então estatal CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Um programa amplamente apoiado na ação estatal. Vejamos a seguir trecho de um documento que expõe os motivos do mesmo e de medidas as quais o governo adotou para que o financiamento e implantação do mesmo fossem possibilitados:

[...] a definição dos planos de captação de recursos, inclusive a consolidação de empréstimos no exterior propostos por várias instituições financeiras, inclusive o Banco Mundial. Além da obtenção de aval ou garantia do tesouro nacional a contratação de empréstimos externos, a medida conferiu prioridade ao projeto para, entre outros efeitos, a fruição de incentivos fiscais, a importação de máquinas e equipamentos e a contratação de empréstimos internos assegurados, desta forma, as bases institucionais do empreendimento (BRASIL apud, BEISIEGEL, 2006, p. 313).

Foi a partir do governo Figueiredo (1979), que se percebeu um crescimento considerável de políticas voltadas para implementação do Projeto Grande Carajás, com o intuito do aproveitamento dos recursos naturais, os quais envolvia uma vasta área da Amazônia Oriental, aproximadamente uma área de cerca de 900.000 km², localizada ao norte do paralelo 8° de latitude sul entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, até o Oceano

Atlântico, abrangendo parte dos Estados do Pará (40%), Goiás (Tocantins) (10%) e Maranhão (95%).¹, conforme podemos verificar na imagem a seguir:



Imagem 01: Localização da área de abrangência do Programa Grande Carajás.
Fonte: CPRM- Serviço Geológico Brasileiro.

O referido projeto foi planejado pela CVRD, com a poio de outros órgãos e agências (como a Japan International Cooperation Agency, JICA) (TEIXEIRA, 2006, p. 313). Segundo este autor, a partir do ano de 1979 foi apresentada a primeira versão do projeto, sendo este amplamente divulgado às esferas internacionais, com finalidade de atrair investidores estrangeiros que estivessem interessados pelos incentivos decretados pelo governo. Sob o interesse de explorar o potencial de riquezas naturais e implantar infraestruturas na região denominada de Carajás, em 15 de outubro 1980 foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e pela presidência as República a exposição de motivos CDE n° 50/80 de Declaração de Prioridade do Projeto Ferro Carajás e o governo cria o Programa Grande Carajás (TEIXEIRA, 2006, p. 313).

¹Diário Oficial da União – Seção 1 – 25/11/1980, Página 23539 (Publicação Original) Diário do Congresso Nacional – 2/12/1980, Página 3607 (Exposição de Motivos)

Através do Decreto-Lei nº 1.831 de 24 de novembro de 1980, o governo instituiu o regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, e dá outras providências. O que passamos a descrever no documento abaixo²:

Art. 1º Fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás, a ser desenvolvido na área localizada ao norte do paralelo de 8º (oito graus) e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão.

Parágrafo único. Os incentivos a que se refere este artigo são os instituídos pela legislação federal e serão concedidos nos termos, limites e condições estabelecidos em regulamento.

O decreto amarra quais os empreendimentos podem ser desenvolvidos com recursos do programa:

Art. 2º Os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás compreendem:

I - serviços de infraestrutura, com prioridade para:

- a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás – São Luís;
- b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
- c) as obras e instalações para criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
- d) outros projetos concernentes a infra-estrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
- e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas:

II - projetos que tenham por objetivo atividades de:

- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira;
- d) aproveitamento de fontes energéticas.

Mas no inciso III deste artigo deixa em aberto a possibilidade de outros empreendimentos a serem contemplados: III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região. Ainda no mesmo Decreto o governo cria um Conselho Interministerial ligado diretamente à Secretaria de Planejamento, que era ligada diretamente com a Presidência da República, para fazer a gestão do Programa:

Art. 3º É criado, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, um Conselho Interministerial, com a finalidade de coordenar, promover e executar, de forma integrada, as medidas necessárias à viabilidade do Programa Grande Carajás e à concessão dos incentivos de que trata o presente Decreto-lei.

E lhe garante mais poderes:

§ 1º No cumprimento de sua finalidade, poderá o Conselho Interministerial exercer as atribuições de outros órgãos e entidades da Administração Federal, diretamente ou através de órgão executivo próprio.

²Diário Oficial da União – Seção 1 – 25/11/1980, Página 23539 (Publicação Original)Diário do Congresso Nacional – 2/12/1980, Página 3607 (Exposição de Motivos).

Embora o programa apresente uma proposta muito ampla em implantação de infraestruturas e em atividades ou empreendimentos, o objetivo maior estava voltado para o setor da mineração (mina-ferrovia-porto), tanto que foi o que mais avançou até os dias atuais. Não podemos deixar de levar em consideração os vários projetos que foram implantados e de outros que se encontram em fase de estudos para sua viabilização e implantação. Foram desenvolvidos projetos de geração de energia, com a construção da hidroelétrica de Tucuruí, para atender o Projeto Ferro Carajás; a implantação de projetos para produção de alumina e alumínio em Barcarena e São Luís, pelos complexos Albrás/Alunorte e Alcoa/Alumar. A construção de mais quatro hidrelétricas no rio Tocantins (Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Lageado e Estreito). A implantação dos pólos siderúrgicos para produção de ferro-gusa, no corredor da ferrovia (Marabá, Açailândia, Santa Inês e Rosário). O reflorestamento com eucalipto, para produção de carvão, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Outros projetos estão em pauta e com possibilidade de serem implantados como: A derrocagem do Pedral do Lorenção para possibilitar a implantação da hidrovía, a construção da hidrelétrica Marabá e a ampliação do Distrito Industrial de Marabá.

Importante mostrar o que representou, e o que ainda representa, o PGC para a região amazônica e mais especificamente para a região sul e sudeste do Pará. Para tanto, se faz necessário buscar elucidar a luz de alguns estudiosos do referido contexto, onde o foco principal de suas pesquisas consiste em demonstrar a integração da Amazônia ao contexto mundial, aos moldes capitalistas, e as implicações desse modelo às populações nela existentes e de como a implantação destes projetos causaram efeitos nefastos e irreparáveis à sua população (HEBETE, 2004). Isso pode ser percebido no caso da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, criada principalmente para dar suporte aos grandes projetos esboçados para a região, trazendo benefícios efêmeros para a população aqui existente. Por conta desses percalços, o empreendimento é visualizado pela população amazônica, não como desenvolvimento, mas como fator preponderante de desarranjos e retrocessos, como, por exemplo, a expropriação de camponeses, a extinção de uma flora e fauna diversificadas, que a geração da época não chegou a conhecer e que as futuras gerações jamais conhecerão.

Mais recentemente na década de 2000 novos projetos e arranjos políticos e econômicos têm sido empreendidos para a ampliação da exploração econômica de recursos naturais. Num contexto mais ampliado está o IRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e, com impactos mais localizados, o Projeto S11D, de ampliação da mineração de ferro no núcleo do PGC. Vejamos a seguir de forma mais detalhada alguns elementos destes dois projetos.

2.2 O Projeto IRSA

Desde a época de Artigas³ (Séc. XIX) que se falava na questão da integração sul-americana, naquele momento, com uma conotação muito mais de caráter político-militar, devido às peculiaridades da conjuntura histórica. Com Simon Bolívar surge o Hispano Americanismo – formação de uma única nação latino-americana, livre e soberana, alternativa ao Panamericanismo proposto pelos Estados Unidos, diretamente ligados à adoção da Doutrina Monroe (Séc. XIX). Já em 1815, Bolívar lança a ideia de constituição de uma Confederação Americana, de onde resultou, em 1826, no Congresso do Panamá, ao qual não compareceram nem os Estados Unidos, nem o Brasil. Em 1889, foi realizada em Washington a 1ª Conferência Pan-americana, momento em que os Estados Unidos consolidam a sua política externa contrárias às teses bolivarianas. Esta Conferência significou a afirmação da política do governo americano para a América, calcada na Doutrina Monroe, deixando-se a Europa num plano secundário. Houve reação nos países que mantinham relações comerciais privilegiadas com países europeus, como a Argentina e o Chile, restringindo-se, então, as decisões da Conferência a esfera da “união aduaneira” entre os países.

A maior parte da Amazônia é localizada em território brasileiro. Todavia, boa parte dela se estende para vários outros países como: Colômbia, Venezuela, Suriname, Equador, Peru e Guiana; abarca também uma parte da Guiana Francesa⁴. Esta imensa região é denominada de Pan-Amazônia. Segundo Pierre; Malerba (2010), vivem nesta região aproximadamente 1 milhão e 600 mil indígenas de 370 povos, numa população total de 33 milhões de habitantes. É neste cenário amazônico, populoso e de uma cultura peculiar inestimável, que os colonizadores desde épocas remotas tentam restringi-lo a um grande vazio demográfico (populacional) e principalmente por considerarem a mesma atrasada em diversos aspectos. Firmados nesse discurso que os governos de várias épocas vêm justificando suas ações e implementando megas projetos, a fim de coloca-la, segundo eles, no mesmo patamar econômico, cultural e social, que se encontra “quase” todo o globo terrestre. Para execução e o sucesso desse audacioso projeto, é necessário que se derrube todas as barreiras existentes, seja cultural, social, natural etc.

³ Guerra contra Artigas, também conhecida como Invasão Portuguesa de 1816, Segunda Invasão Portuguesa, Primeira Guerra Cisplatina ou *Invasión Luso-Brasileña* (nos países), é o nome que os historiadores dão ao conflito armado que houve entre 1816 e 1820 nos atuais territórios da República Oriental do Uruguai, da Mesopotâmia argentina e do Sul do Brasil, que teve como resultado a anexação da Banda oriental Reino do Brasil sob o nome de Província de Cisplatina.

⁴ Não é um país, e sim uma colônia da França.

A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) surge de uma proposta apresentada em agosto de 2000 em Brasília no Distrito Federal, durante uma reunião de chefes de Estado da América do Sul. A IIRSA é um programa conjugado por governos de 12 países⁵ da América do sul, que tem por objetivo requerer a integração sul-americana através da integração física dos países citados. Para tanto os “investidores”, assim como os governos destes países não medem esforços, para consolidarem o projeto. Os investimentos propostos são de infraestruturas como: Transporte, telecomunicações e energia, são valores em cifras, tão grandiosos, quanto a do megaprojeto.

Na imagem a seguir veremos uma ilustração do projeto onde estão em destaque o que se denominam de eixos de integração e desenvolvimento do IRSA:



Imagem 02: Eixos de integração e desenvolvimento.

Fonte: Amigos da Terra apud De Paula (2013).

O discurso utilizado para justificar esse projeto é no intuito de instigar a integração política, econômica, sociocultural, da América do Sul. Para Pierre; Malerba (2010) os governos em “boa” parceria com as grandes corporações não se intimidam diante dos obstáculos naturais existentes da citada região, usando várias estratégias.

[...] Esses mesmos governos dizem que há alguns obstáculos que precisam ser superados para garantir esse objetivo. Entre os obstáculos estão a Amazônia e a cordilheira dos Andes (...) segundo governos, empresas, políticos, e bancos elas dificultam a exploração e exportação dos recursos naturais da Pan-Amazônia, bem como a *Integração* entre os países Sul-americanos. (...) Essas dificuldades seriam

⁵ Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

provocadas, de um lado, por conta da grande extensão territorial da América do Sul – da Pan-Amazônia, em particular –, da densa floresta, da grande quantidade de rios que não são trafegáveis pelas embarcações de maior porte, além das montanhas existentes. Seriam, portanto, obstáculos naturais que, segundo os defensores do IIRSA, podem ser facilmente superados através de aberturas de estradas e de túneis; construção e/ou ampliação de ferrovias, portos, aeroportos e pontes; transformação de rios em hidrovias para facilitar a navegação de imensos navios utilizados no comércio internacional de mercadorias. De outro lado, os obstáculos dizem respeito à existência de Terras Indígenas e de Remanescentes de Quilombos, de Florestas e Parques Nacionais, de Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas e outras áreas protegidas. Daí o porque vários governos, políticos, mídia, juízes e empresário se posicionaram contrários a novas demarcações ou criação de áreas protegidas, defendendo. Inclusive, a revisão daquelas já regularizadas (PIERRE; MALERBA, p. 14- 15).

São vários órgãos públicos envolvidos diretamente com projetos no exterior, destacando relevância para a integração política e econômica do subcontinente, o que demonstra em grande medida o comprometimento estatal com o processo de expansão de projetos para a acumulação capitalista. Dentre estes órgãos estão:

- Banco Nacional de desenvolvimento – SAIN, do Ministério da Fazenda;
- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX-Brasil;
- Ministério das Relações Exteriores – MRE;
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES;
- Banco do Brasil – BB.

Neste contexto projetos mais específicos também têm sido empreendidos na Amazônia para esta finalidade de acumulação capitalista, dentre eles o projeto de exploração de minério de ferro denominado Projeto S11D, que está sendo implantado no município de Canaã do Carajás no Estado do Pará. Na próxima seção veremos alguns elementos deste projeto.

2.3. O Projeto S11D e a expansão da exploração do ferro em Carajás.

Dando continuidade neste tópico sobre a mineração, considera-se que esta atividade não é, de forma alguma, um projeto isolado. Este modelo de expansão do capital faz parte das estratégias dos governos, federal e estadual, na pretensão de “desenvolver” o país. Para tanto, estes mesmos governos têm sido fortes aliados das empresas mineradoras, sendo submetidos a

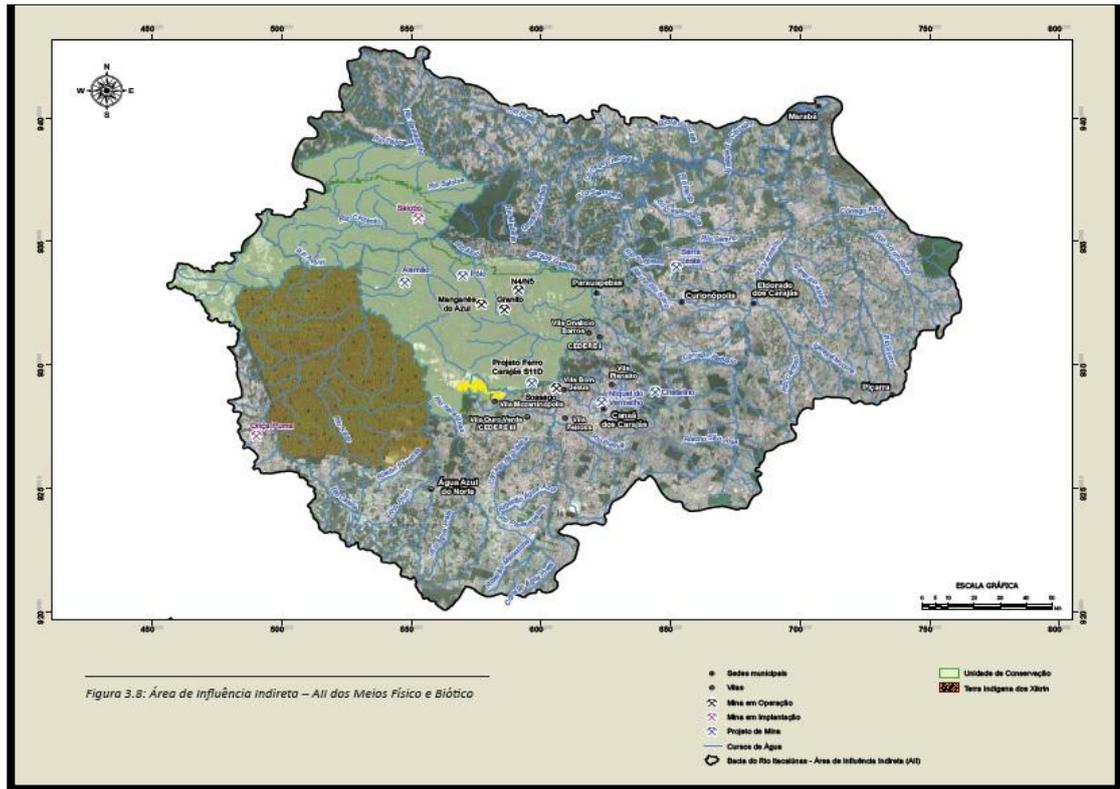


Imagem 04: Mapa de Localização do Projeto S11D

Fonte: VALE (2009).



Imagem 05: Aspectos do canteiro de obras do Projeto S11D em meados do ano de 2013.

Fonte: Imagem feita pela autora



Imagem 06: Aspectos do canteiro de obras do Projeto S11D em meados do ano de 2013.

Fonte: Imagem feita pela autora



Imagem 07: Placa de identificação do Projeto S11D.

Fonte: Imagem feita pela autora

Esse projeto faz parte do complexo minerário da Serra Sul, formado por uma cadeia de montanhas de 120 km de extensão, com jazidas a serem exploradas. O S11D é apenas a 11ª jazida, que foi dividida em quatro blocos: A, B, C e D e é considerado, até agora, o maior projeto da mineradora Vale, nos cinco continentes onde atua. Tal projeto é um investimento de 11,30 bilhões de dólares, sendo 4,79 bilhões na mina e 6,51 bilhões em infraestrutura logística. Para melhor dimensionamento do tamanho desse projeto, pode-se citar a estrada de Ferro Carajás, que está passando por um processo de duplicação, para o escoamento do minério produzido pelo projeto Ferro Carajás S11D, conforme informações encontradas no EIA/RIMA do projeto (VALE, 2009) conforme apresenta a imagem a seguir:

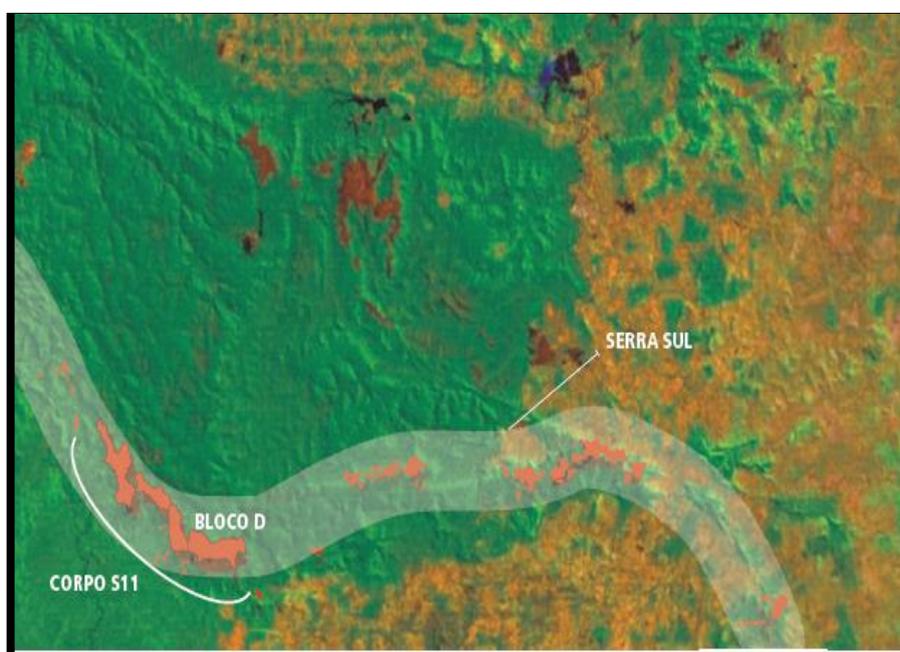


Imagem 08: Mapa do Complexo Minerário Serra Sul e a disposição dos blocos.
Fonte: VALE (2009).

Em 2005, se deram os estudos de engenharia e em julho 2013 o IBAMA emitiu a licença de instalação do referido projeto. A extração desse minério está prevista para o segundo semestre de 2016, com capacidade de 90 milhões de toneladas por ano (MTPA), aproximadamente a capacidade do Projeto de Ferro Carajás (PGC), que está chegando a 100 milhões de toneladas/ano, com alcance do volume nominal de produção em 2018. Segundo previsão de seus investidores, o projeto S11D renderá ao município cerca de 5200 empregos diretos na fase de implantação e 2600 na fase de operação. No momento de pico, a previsão de mobilização é de 30 mil trabalhadores, entre empregos diretos e indiretos, incluindo

também os temporários. Para isso, a empresa requereu do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) uma área de servidão ao redor do projeto de 12.144 ha, pedido aceito pelo órgão em janeiro de 2009. A área a ser desmatada e alterada na Floresta Nacional (FLONA) correspondente a 2.722 hectares, sendo 23 hectares (1%) em ambientes de lagoa, 1.062 hectares em ambientes Savânicos (39%) e 1.506 hectares em ambientes florestais (55%), mais 130 hectares em ambientes de pastagens (5%) fora da FLONA.

Segundo a empresa, a lavra será feita em duas cavas, com área total de 1.232 hectares, tendo as jazidas áreas em tamanhos aproximados a 8 km de comprimento, 0,8 a 2,5 km de largura e profundidade de 20 a mais de 350 metros. Segundo informações retiradas do parecer técnico do projeto, o sistema de lavra será diferenciado.

O sistema de lavra não será o convencional (perfuração, desmonte, carregamento e transporte do minério por meio de caminhões fora de estrada, desde as frentes de lavra até as instalações de britagem semimóvel previstas na área da cava, de onde o minério britado seguiria por Transportadores de Correia de Longa Distância – TCLD até a Usina de Beneficiamento prevista), que será substituído pela metodologia “truckless”, que compreende a lavra do minério sem o uso de caminhões através da utilização de equipamentos e máquinas modulares. A figura a seguir mostra de forma esquemática a diferença entre estas metodologias (ICMBIO, 2012, p. 1).

Nos Estudos de Impactos Ambientais, está previsto a extração de 3,4 bilhões de toneladas de minério de ferro, com teor médio de 66%, para um volume total de estéril em torno 1,74 bilhões de toneladas. Conforme trecho retirado do parecer técnico do S11D concedido pelo ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão licenciador do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), sobre a relevância desse projeto para a economia do país:

O Projeto S11D se apresenta no cenário nacional como o maior projeto de mineração do Brasil com impactos positivos na economia brasileira, principalmente no que tange ao superávit primário, uma vez que o Brasil no atual contexto de crise mundial mantém sua estabilidade econômica com a exportação de matéria prima, estando o minério de ferro no primeiro lugar desta lista (ICMBIO, 2012, p. 1)

Em um documento publicado por diversas organizações sociais, os mega investimentos da Vale só foram possíveis pela sua boa relação com governo e suas instâncias, como: bancos públicos, mais precisamente o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que não poupou esforços em fazer mega empréstimos para viabilizar os empreendimentos da mineradora. Pode-se perceber isso, conforme informações retiradas do dossiê dos impactos e violações da Vale pelo mundo, feito por instituições não

governamentais, onde fica explícito como se dá o jogo de interesses, dos envolvidos nos projetos da mineradora para o “desenvolvimento do país”.

BNDES é a fonte permanente do fornecimento de fundos, a taxas baixíssimas, à Vale. Nem o Banco, nem a empresa divulgam a evolução histórica desses desembolsos, mas ela pode ser estimada com relativa precisão a partir de fragmentos de informações que os dois agentes deixam chegar a público. No dia 1^o de abril de 2008, por exemplo, o BNDES aprovou aquele que à época seria o maior financiamento do Banco a um agente econômico privado. Foram R\$ 7,3 bilhões para Vale aplicar no Brasil até 2012, com prioridade à “expansão e modernização da capacidade de produção de minério” e em logística. Em 2007, o Banco já aprovara outros R\$ 774,6 milhões para Companhia Vale do Rio Doce expandir a capacidade de transporte da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Esse megaempréstimo para o plano quinquenal da Vale também se notabilizou por ter envolvido o então presidente do Banco, Demian Fiocca. Ele e outros funcionários de primeiro escalão do Banco, que normalmente participam do processo de análise e aprovação dos maiores pedidos de empréstimos, deixaram o BNDES para assumir postos na direção da Vale. Tudo isso pouco tempo após o megaempréstimo ser anunciado. Fiocca já havia deixado o cumpria quarentena. Um ano depois, saiu da empresa e retornou a postos de comando em instituições financeiras públicas (CEPASP, *et.al*, 2010, p.26).

Como já foi dito, quando se trata dos impactos positivos a mineradora, juntamente com outros interessados com seus empreendimentos, faz questão de expor à sociedade os ditos “benefícios” que estes acarretam. Todavia, quando se trata dos impactos negativos, causados por estes mesmos projetos, são poucas as citações a respeito. Infelizmente, nos espaços nos quais, em tese, deveriam ser destinados a esse debate, por exemplo, nas chamadas audiências⁸ ou reuniões⁹ públicas, feitas pela Vale, quase sempre às pressas e com pouquíssima divulgação, isso não acontece. Estas audiências ou reuniões públicas contam com a presença de vários órgãos e instituições governamentais e não governamentais. Vale ressaltar que a maioria dos integrantes destas são funcionários (as) da empresa. Portanto, os que se manifestam de forma crítica às apresentações do projeto, são tolhidos, muitas vezes pelo pouco tempo à que são condicionados, ou pela oportunidade de proferir um discurso, na maioria das vezes, já no final dessas atividades, quando os espaços destinados para tal já se encontram esvaziados. Daí a importância de visibilizar em todos, e em qualquer espaço de debate sobre a questão mineral, seus impactos negativos, conferindo isto principalmente aos movimentos sociais. E é com esse objetivo que a rede Justiça nos trilhos¹⁰ lança um mapa das comunidades afetadas pelo Programa Grande Carajás entre o Pará e Maranhão. No mapa abaixo, podemos visualizar diversas comunidades impactadas ao longo da ferrovia.

⁸ É um evento que tem validade jurídica em especial sobre a implantação de grandes empreendimentos.

⁹ É um evento sem validade jurídica em especial sobre a implantação de grandes empreendimentos.

¹⁰ A Rede Justiça nos Trilhos é uma articulação de organizações, movimentos sociais, pastorais, sindicatos e núcleos universitários que atuam em defesa dos direitos das comunidades situadas nas áreas atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás, nos estados do Pará e Maranhão.

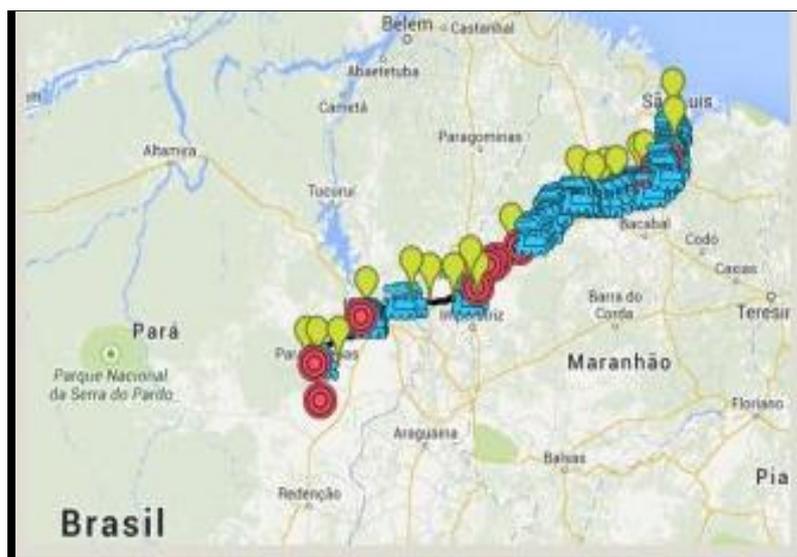


Imagem 09: Mapa de comunidades impactadas ao longo da ferrovia de Carajás.

Fonte: Justiça nos Trilhos (2014).

Em um trecho retirado do dossiê citado anteriormente, pode-se perceber a dimensão dos impactos negativos causados pela implantação dos projetos da empresa. No caso do S11D, é imprescindível que se relate o processo da liberação das licenças ambientais para implantação do mesmo, inclusive no que tange às alterações de leis federais para a sua viabilização.

Dentre os vários impactos, pode-se destacar a ação devastadora sobre a flora e fauna da região, no caso das cavernas¹¹ de alta relevância, que, em “tese”, são patrimônio público nacional e, sendo assim, deveriam ser protegidos pela união. Outro fato importante a ser questionado é o desequilíbrio do ecossistema, no caso da lagoa do Violão localizada no corpo

¹¹ Foi a partir do convênio entre Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, e Fundação Casa de Cultura de Marabá (FCCM), que visava atender Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Nacional e Ambiental, através do decreto nº99.556 de 01/10/1990; portaria IBAMA nº 887/90 de 15/06/1990 e resolução do CONAMA 005/1987 de 06/08/1987, que foi realizada uma pesquisa espeleológica detalhada na Serra Sul, prospectando e localizando as cavidades geológicas, apontando a relevância de cada cavidade.

Ao todo descobriram 172 cavidades no Projeto S11D, sete cavernas (4%) foram classificadas como de relevância máxima diante dos atributos físicos. Vinte e seis cavidades foram classificadas como de relevância alta (15%) e 139 cavernas (81%) com o grau de relevância médio. Não foram classificadas cavernas de relevância baixa diante dos atributos físicos. Quanto aos atributos biológicos, os resultados de 173 correspondem a 11 (6%) cavernas que foram classificadas como de relevância máxima. Cento e vinte e duas cavernas foram classificadas com grau de relevância alto, representando 71% do total. Trinta e oito cavernas foram classificadas como de relevância média (22%) e somente duas com grau de relevância baixo (1%). Integrando os atributos físico-histórico-culturais e biológicos, 15 cavernas foram classificadas como de relevância máxima, representando 9% do total, 122 cavernas (70%) receberam o grau de relevância alta e 36 cavidades (21%) receberam o grau de relevância médio.

D, que é a única fonte de água, com origem pluviométrica, responsável pelo equilíbrio da biodiversidade existente na região (FCCM, 2004).

São assim, cerca de 1.562 hectares de savana impactados pelo projeto. De acordo com o PM são 12 mil hectares de vegetação de canga na FLONA Carajás, sendo uma parte já impactada em Serra Norte. O próprio RPT indica que “no interior da FLONA Carajás existem, atualmente, cerca de 8.458 há preservados de savana estépica” e que o S11D irá suprimir 10% deste total, não quantificando a área que sofrerá o impacto do efeito de borda da mineração. Além do impacto em termos absolutos, existe o impacto para cada geoambiente que, de acordo com os dados preliminares do estudo de “área mínima” citados, compõe a savana metalófila. Neste contexto, os geoambientes mais impactados são: lagos doliniformes e buritizais. Formados por abatimentos e localizados nos platôs ferríferos, formam locais de beleza cênica incomparável, além de possibilitar à fauna local o acesso à água (locais de dessedentação) nos platôs de canga durante todo o ano. Apesar da relação entre a presença dos lagos e fauna local nunca ter sido estudada no período de estiagem, a canga se apresenta de forma seca, tendo os únicos reservatórios de água, os lagos citados. De acordo com os estudos de área mínima, 45% da área representada por lagos está no corpo S11D. Em relação aos buritizais, o S11D abriga 33% desta geofácies presente na FLONA. Outro fator que deve ser considerado é que a região de Serra Sul encontra-se totalmente íntegra e não sofre qualquer efeito da mineração, se constituindo como a maior porção de savana metalófila preservada (ICMBIO, 2012, p.6).



Imagem 10: Imagem aérea do Lagoa do Violão na Serra Sul.

Fonte: ICMBIO (2012).

Conforme os dados relatados anteriormente, se forem considerados os números de cavernas de alta relevância a serem destruídas pela implantação do supracitado projeto, e se as

leis federais de fato fossem imparciais e postas em práticas, os impactos ou destruição total em cavernas de alta relevância seriam o suficiente para inviabilizar o dito projeto.

Com a implantação do S11D serão vários os impactos, inclusive de uma natureza primária, desconhecida pela humanidade, e que, infelizmente, permanecerá no anonimato. O outro fator preponderante nesse processo foram as pesquisas realizadas por órgãos públicos para a Vale. Catalogação de espécies que serão extintas, descobertas de novas espécies, dentre outros patrimônios naturais. Entretanto, essas pesquisas ficam retidas pela mesma, com socialização mediocrizada de seus resultados finais para a sociedade, o que acaba levando a seguinte reflexão: O que de fato essas pesquisas significam? E para quem são destinadas? Soam mais como destinadas a ações de mitigações para justificar a destruição de um vasto patrimônio público que desconhecemos e que, as futuras gerações jamais tomarão conhecimento. Conforme afirma Figueiredo (2009, p. 38), “destruir ou danificar um rico patrimônio ambiental, ainda bastante desconhecido, é relegar a história da humanidade e transferir às novas gerações nossa incapacidade de fazer as escolhas corretas no momento devido”.

Para melhor compreender esse processo é necessário que se faça uma análise mais profunda do tema sem arrefecimento, considerando as diversas transformações ao longo dos anos da implantação do PGC como um todo. No caso da implantação do S11D muitas situações e processos têm sido bastante semelhantes, principalmente no que tange as esferas governamentais que dão suportes, jurídico como mudanças de leis federais, para dar sustentação ao grande projeto de expansão e consolidação do capital para que continue seguindo seu curso “natural”. Todas essas transformações são justificadas pela lógica capitalista, onde tudo é suscetível de transformar-se em mercadoria, ou simplesmente na banalização da gravidade da situação vivida, sobretudo pelas populações atingidas por grandes projetos. Assim como afirma De Paula (2013):

As denúncias das destruições ecológicas e socioculturais nos territórios atingidos pelos grandes projetos parecem ter esgotado o seu repertório na Amazônia nas últimas quatro décadas. Pior ainda, incessantes notícias recorrentes sobre o problema tem levado a uma certa banalização da sua gravidade. Deste modo, em que pese à necessidade de seguir as denúncias, acreditamos que se faz necessário ir mais além, no sentido de compreender o êxito dos ditos empreendimentos (...) a base de legitimidade construída pelo “grande projeto” que orienta a destruição e reconstrução permanente da vida no mundo (DE PAULA, 2013, p.89).

Conforme De Paula (2013), os grandes empreendimentos, esboçados e executados para a região amazônica, estão para além do que se vem discutindo. Este projeto está fundamentado na “modernidade americana”, na intenção de hegemonizar a qualquer custo sua

lógica capitalista como uma forma única de vida, em detrimento das demais existentes no mundo. Conforme afirmada (ECHEVERRÍA *apud* DE PAULA, 2013, p. 90) O grande projeto capitalista pensado para o mundo não seria diferente para região amazônica, pensado de um ponto estratégico para expansão capitalista. Este projeto é basicamente fundamentado e condicionado por uma versão americana do que seria “desenvolvimento” e “progresso”. Para tanto, seus idealizadores não mediram esforços, não havendo também limites. Tudo que existe na grande “floresta”, já um tanto desmatada, está passivo de compensação, tudo têm valor econômico, e como tal, tem preço. “A arrogância absoluta da “modernidade americana” consiste na pretensão de haver enfim uma subsunção total da “forma natural” da vida humana e seu mundo à “forma de valor”. Subsunção que teria chegado não só a re-funcionalizar esta vida, “desde fora e desde dentro”, como também a anular essa forma natural.

Conforme De Paula (2013), é assim que o capitalismo se expande e se justifica pelo mundo afora. Dessa forma, reconfiguram-se também os discursos, o que antes implicava em sérios problemas para a expansão do capital, como a destruição e a conservação, agora tomam novas formas, deixando de ser um empecilho para o grande projeto de expansão capitalista, passando a serem partes importantes desse processo, assumindo nova roupagem, com caráter de negócios lucrativos¹². Para tanto foi necessário que se obtivesse consensos, buscando-se novos conceitos como “capitalismo verde” e “desenvolvimento sustentável”, para justificar a destruição promovida pelo capital. Para essa nova fase do capital, foi necessário que se mobilizassem diversas representações: comunidade científica, camponeses, indígenas, grupo empresariais. Para de Paula um novo olhar sobre a região amazônica:

[...] A re-territorialização, as adaptações institucionais e a imposição de uma agenda que definiu o modo de “pensar da Amazônia”, constituíram-se no seu conjunto, como uma das mais ambiciosas iniciativas de cunho neocolonial na passagem do século XX para o XXI (...) As políticas “integracionistas” levadas a cabo pelo Estado brasileiro no século XX, desencadearam-se nos dois momentos decisivos da modernização capitalista no país: a chamada “Revolução de 1930” e o golpe militar de 1964. Enquanto no intervalo de 1930 a 1964 as políticas de revitalização da produção de borracha natural, extensão de redes de comunicação, intensificação da presença militar voltavam-se mais para manter essa fronteira “ocupada”, aquelas adotadas no pós-1964, além de projetar uma modificação no perfil dessa ocupação, anuncia as pretensões de ir mais além destas fronteiras e afirma-se como potência regional. O papel desempenhado pelos governos Lula/Dilma na implantação do PAC e IIRSA, parece ter dado passo significativo no cumprimento desta versão de um “destino manifesto” do Brasil na América do Sul (DE PAULA, 2013, p.93-94).

A partir das discussões acima se chegou preliminarmente a uma conclusão de que o Programa Grande Carajás ainda é super eficaz para ampliação do Projeto Ferro Carajás de

¹² Isto também dialoga com Harvey (2011) com sua tese da acumulação capitalista por espoliação que não é uma fase, mas uma condição permanente deste modo de produção.

interesse da antiga Companhia Vale do Rio Doce atualmente Vale, com implantação de infraestruturas que vão da mina, em Carajás, no Pará, ao porto em São Luís, no Maranhão, e implantação de polos siderúrgicos ao longo da ferrovia (Marabá, Açailândia, Santa Inês e Rosário). Contudo, pode-se afirmar que continua sendo um programa eficaz no que se trata dos interesses do grande capital, mais especificamente da mineradora Vale, para atender a ampliação da expansão da mineração. É assim que se faz a junção entre diversas partes interessadas num projeto pensado por grupos de interesses econômicos e políticos, com “boa intenção” de alavancar a economia do país e, principalmente desenvolver as regiões ditas como atrasadas e que necessitam a todo custo serem “desenvolvidas”, legitimando a consolidação do capital na sua forma mais voraz. No cerne desse processo estão as contradições e controvérsias produzidas, como a expropriação de populações locais e tradicionais de seus territórios, além dos problemas sociais, ecológicos e econômicos aos quais ao longo do trabalho já se mencionou.

No capítulo posterior faremos uma explanação do desdobramento da implantação do projeto S11D, no município de Canaã dos Carajás, projeto este que está sendo implantado e que para sua concretização tem retirado agricultores e moradores na Vila Racha Placa que fica localizada ao entorno da área onde está sendo implantado. Dedicaremos nossa atenção ao processo de implantação do S11D, o que isto tem provocado reações e resistências dos indivíduos e dos grupos que ali estão sujeitos às remoções para a implantação do mesmo.

3. VILA RACHA PLACA: CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS.

Pretende-se neste capítulo demonstrar e analisar os desdobramentos causados pela implantação de projetos minerais, dirigidos pela empresa Vale S/A, no município de Canaã dos Carajás, designadamente o Projeto de Ferro Carajás S11D, buscando destacar de que forma a inserção desses projetos implica, direta e indiretamente, nas comunidades que estão situadas no entorno destes empreendimentos, no caso, da Vila Racha Placa. Busca-se também retratar de que forma seus moradores vêm tentando construir e se articular com movimentos sociais da região, buscando respostas que possibilitem a organização para o enfrentamento no desígnio de minimamente não saírem deste processo com prejuízos mais acentuados pelo qual estão passando.

Fazendo um breve, mas não menos relevante recorte da história dos conflitos e resistência na região amazônica, mais especificamente no Pará, não podemos deixar de relembrar grandes acontecidos de revoltas populares – como a Cabanagem¹³, a Guerrilha do Araguaia e os conflitos pelo acesso e posse da terra que tem ocorrido em paralelo ao processo de implantação dos projetos de mineração, em especial no sul e sudeste do Pará nas últimas décadas. Na conjuntura atual pela qual os habitantes desta região vêm passando, mais especificamente os da Vila Racha Placa no município de Canaã dos Carajás, fazemos comparações dos antigos conflitos com os atuais, percebendo algumas semelhanças. Por isso a importância de recorrer ao passado, para que se possa refletir de que forma esta região foi percebida e tratada ao longo de sua história, como se fosse uma terra de ninguém, inabitável, fora do contexto do cenário mundial: econômica, social, culturalmente dentre outros motivos que justificassem historicamente todos os tipos de atrocidades que pudessem ser exercida sobre um povo.

Dá a importância de recorrermos ao passado para entendermos que a luta por igualdade social na região amazônica, mais especificamente no sul e sudeste paraense, vem de longas datas, implicando em contextos violentos, enfrentados pelos que aqui estavam e dos aqui decidiram ficar. Portanto, se faz necessário que busquemos em variadas e diversas fontes de conhecimento, respostas que nos elucidem tais questões. Vejamos na seção seguinte uma

¹³ A Cabanagem (1835-1840) ocorreu no período regencial brasileiro (1831-1840), caracterizada por cinco longos anos de lutas intensivas, quando negros, índios e mestiços se revoltaram e, conseqüentemente, se uniram contra a elite política para tomar o poder no Pará. Dentre os vários motivos que levaram a esse episódio, pode-se destacar a miséria extrema em que se encontravam as populações humildes da região e a incompetência dos políticos locais, com o total descaso pelo qual submetiam a província após a independência do Brasil. No cerne da luta, encontrava-se a busca por igualdade social.

caracterização e alguns desdobramentos da Vila Racha Placa em virtude da implantação do Projeto S11D.

3.1. Vila Racha Placa

A Vila Mozartinópolis é uma vila rural situada no município de Canã dos Carajás, surgida em 1978, em decorrência de uma ocupação de fazendeiros e pequenos proprietários de terra na região próxima a atual área ocupada. A Vila teve o nome de Bom Jardim do Pará, mas, por meio do consenso de alguns moradores, o nome da localidade foi alterado.

O nome escolhido advém de uma homenagem a um antigo funcionário da então Companhia Vale do Rio Doce – conhecido por Mozart – que prestava “favores” à comunidade. Segundo um antigo morador, este funcionário ocupava um cargo do alto escalão da empresa e prestava “favores despretensiosos” constantemente aos moradores da vila, dentre estes se podem citar: doação de combustíveis aos moradores, caronas, quando estes queriam deslocar-se para a cidade de Canã dos Carajás ou outras localidades próximas. Mas, o que foi considerado um dos maiores favores prestados aos moradores, foi a doação de algumas madeiras pela empresa, quando esta desativou a vila N5¹⁴. Entretanto, os “esforços” da empresa em manter um vínculo com os moradores da respectiva vila foram estremecidos quando aos poucos foram se evidenciando os verdadeiros propósitos pelo qual a empresa se aproximou dos moradores da vila Racha Placa. Vejamos a seguir uma imagem em que é possível visualizar a mesma.

¹⁴ Primeiro bairro construído na cidade planejada das Serra dos Carajás.



Imagem 11: Imagem aérea da Vila Racha Placa.

Fonte: Arquivos da Prefeitura de Canaã dos Carajás.

Por todos os encaixos vividos pelos moradores da referida comunidade, o nome da Vila foi alterado radicalmente para Racha Placa. A mudança aconteceu quando se iniciaram as primeiras proibições impostas pela Vale para os moradores da vila. Dentre as muitas proibições, uma em especial chamou atenção e irritou os moradores, onde colocaram uma placa proibindo as atividades de caça e pesca no caminho – uma picada – que dava acesso ao local da vila. Isso para os moradores da região era algo inconcebível, haja vista que se tratava de uma vila rural, onde as pessoas tinham em sua cultura a pesca e caça, sendo esta uma prática comum entre os camponeses. Na época havia uma fauna diversificada e abundante. A população revoltada com a proibição rachou a placa com um machado e assim batizado o nome da vila de Racha Placa. Conforme afirma um dos pioneiros e habitantes da vila:

(...) quando foi um dia, inclusive até esse nome de racha placa por causa de uma brincadeira, que eu brinquei com eles né, eu vim de lá , e a vale foi e botou uma placa na picada ali, proibido caça e pesca e tal e tal, e aí colocou a placa ne, aí povo daqui vieram e aí foram lá meteram o machado na placa, aí rachou todinha a placa né, aí eles veio e me pediram pra fazer uma picada aqui pra sair aqui no lugar da vila aqui, que com a picada ficava mais perto eles o finado “manel” que é o pai desse “carlin” né? Cheguei, eles “tava” “limpano” a picada né? E aí eu cheguei e falei assim, rapaz... nego como é que nós “vamu” botar o nome da vila né? e aí o “compade” nego falou assim, “óia”, se o senhor quiser eu tava pensando de botar Bom Jardim do Pará aí eu fui e brinquei com ele, rapaz vai ficar racha placa, que rachou a placa ali, todinha ali da vale, o o povo “metero” o machado, e “rachamu” a placa e a meninada acharam bom, aí é, racha placa! racha placa! e com isso ficou esse “apilide” de raça placa o bom jardim do Pará acabou né, aí pra homenagear o seu Mosa lá da vale do rio doce desse povo pensando que eles ia ajudar muito aqui eles fizeram as reunião descia de “helicopte” aqui sempre ajuda, aquele povo aqui

naquele tempo eles dava uma assistência pro povo quando eles “rancharam” esse povo aí né, aí nós achou que eles ia ajudar nós muito aqui né, aí colocaram, uns vieram vamos botar o nome da vila, “vamu” mudar o nome da vila, vamos botar Mozartinópolis né? Pra pegar o nome do Mosa e pra homenagear ele né, Mozartinópolis, e com esse nome de Mozartinópolis ficou morto, ficou só povo falando só racha placa mesmo esse apelido de racha placa tá até hoje. (Entrevistado I¹⁵, morador, 08/09/2013).



Imagem 12: Placa de identificação da FLONA-Carajás.

Fonte: Imagem feita pela autora.

¹⁵ Utilizaremos esta nomenclatura para fins de preservação da identidade dos entrevistados em virtude dos mesmos estarem em processo de negociação com a empresa Vale.



Imagem 13: Cachoeira do André. Água captada por gravidade e distribuída para a Vila.

Fonte: Arquivo da autora.



Imagem 14: Cachoeira do André. Será impactada pelo S11D.

Fonte: Arquivo da autora.

A população do Racha Placa é formada basicamente por famílias de colonos que trabalhavam nas fazendas, em seu entorno ou em suas propriedades. Trata-se da vila mais afastada do centro urbano de Canaã, localizando-se a 65 km deste, no extremo oeste do município, próxima ao limite com o município de Água Azul do Norte. A Vila possui acesso por estradas rurais VS ou vicinal¹⁶ construídas pelo GETAT – Grupo Executivo de Terras do

¹⁶ Uma estrada considerada de caráter secundário, na maioria das vezes municipais. Em geral não dispõe de asfaltamento sendo muitas vezes intrafegáveis em determinadas épocas do ano.

Araguaia Tocantins, na década de 1980 e fica próxima da Serra Sul, formação situada na unidade de conservação da Floresta Nacional de Carajás.

Desde 2008 mais ou menos. Quando começou a mexer mesmo foi em 2010 né, que tirou primeiro os fazendeiros né? E foi prejudicando a questão de trabalho pros homens né? que trabalham na lavoura com roça, essas coisas...Em questão de trabalho né, igual eu falei agorinha. Porque quem mora aqui dentro trabalhava pros fazendeiros né, roçando, plantando essas coisas. E com a retirada deles, o pessoal da vila ficou sem trabalho. Porque agora ficou muito longe, meu marido mesmo trabalha longe que só. É 8 km daqui, e de primeiro não, ele trabalhava aqui na redondeza mesmo (Entrevistada I, moradora, 08/09/2013).

A distância da Vila à área destinada à implantação do projeto S11D da Vale é de aproximadamente 2 km. Na área do projeto ocorrerá a exploração de minério de ferro e para sua viabilização foram feitas aquisições de fazendas próximas, pela empresa. Com isso, a implantação do projeto influenciou diretamente na vida das famílias que possuíam vínculos empregatícios e de geração de renda com estas propriedades. Até o início da intervenção da empresa, a vila possuía em torno de 600 habitantes e foi sendo gradativamente reduzido pela expropriação das terras no local. A vila contava com uma boa infraestrutura: energia, água encanada em todas as residências, posto de saúde, posto da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ, posto telefônico, três igrejas, comércios, hotel, transporte, centro comunitário, escola de ensino fundamental e médio (modular) e uma quadra esportiva. Tudo isso conquistado através de grande esforço e organização por parte de seus moradores.

A rotina dos habitantes da comunidade alterna-se entre a moradia na vila e o trabalho nos lotes. A vila no passado já foi considerada um paraíso. A água consumida pela comunidade escorre da Serra Sul por gravidade e até então considerada de excelente qualidade. O índice de violência era praticamente nulo, talvez pelo fato da mesma localizar-se á uma distância considerável do centro urbano e por existir uma boa relação entre os moradores. Isso colaborava com esse processo, visto que reinava entre eles fortes laços de amizade, parentesco e compadrio.

A comunidade tinha uma organização social ativa, com suas festas tradicionais, práticas religiosas e esportivas, envolvendo principalmente a juventude do local e das comunidades do entorno. Algumas mulheres produziam peças artesanais e grupos levavam sua produção agrícola para ser comercializada na feira da cidade de Canaã dos Carajás.



Imagem 15: Feira de Canaã dos Carajás, alimentos da agricultura familiar de comunidades vizinhas.

Fonte: Imagens feita pela autora.

Na tradição do pensamento marxista, contribuições de Luxemburgo permitem relacionar reflexões desta autora com a atual situação da vila e de outras comunidades que se encontram no entorno dos projetos da Vale:

(...) O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja a economia natural pela economia mercantil simples e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao

domínio em todos os países e ramos produtivos (Luxemburgo 1985, p.285).

Uma das primeiras estratégias da mineradora, a partir do ano de 2008, foi a compra de todas as fazendas do entorno da vila. Para atrair o interesse dos fazendeiros, ela superfaturou o preço da terra: enquanto o alqueire de terra no mercado local era vendido, em média, a R\$ 30.000,00, a empresa pagou aos fazendeiros o valor de R\$ 70.000,00, adquirindo assim milhares de hectares em torno da vila. Destaca-se ainda que grande parte das terras adquiridas pela mineradora eram terras públicas da União, pagas pela Vale a particulares, mas, até o momento, o INCRA nada fez para impedir essa situação.

A Empresa impôs aos fazendeiros, com o valor superfaturado de suas terras, a inclusão de algumas exigências, dentre elas pode-se destacar a de que eles vendessem também as residências e casas de comércio que possuíam na Vila. O acordo de venda obrigava ainda esses proprietários a destruírem esse patrimônio, tão logo fechasse o contrato de venda da terra. Dessa forma, as melhores residências foram automaticamente destruídas. Quem visitou a vila nesse período teria a impressão de que havia acontecido um terremoto.

Ah! Teve uma grande influencia da seguinte maneira, que com a aquisição dessas terras por parte da empresa, o trabalhador rural, aquele trabalhador braçal né? Que prestava serviços né? Eles ficaram sem os serviços. Porque o proprietário vendeu a sua propriedade e foi embora né? Então foi mais um desemprego que ficou na região e o povo ocupando o espaço da vila sem opção de serviços né (Entrevistado II, morador, 08/09/2013).

No início da intervenção da Vale, existiam na Vila cerca de 60 famílias que moravam de alugueis e prestavam alguns favores no intuito de ganharem um pouco de dinheiro para o seu sustento, trabalhando nas fazendas do entorno. Com a compra dessas fazendas, essas famílias ficaram impossibilitadas de trabalhar e muitas passaram a enfrentar situação de extrema pobreza. Para forçar a saída desse grande número de famílias, a Vale contratou uma empresa, a Diagonal Urbana¹⁷, que fez o cadastramento e avaliação das benfeitorias dos moradores da vila. Houve uma discrepância absurda, quando comparados os valores oferecidos aos fazendeiros com os valores oferecidos às famílias pobres da vila, que variou entre 10 a 12 mil reais por alqueire, sendo esta diferença de valores válida tanto para a compra das casas, quanto dos lotes dos agricultores. Em entrevistas, alguns moradores ressaltaram que, os que negociaram no início, até foi possível comprarem alguma casa na periferia de Canaã. Toda via com a propaganda da empresa dos milhares de empregos, o fluxo migratório principalmente para a zona urbana de Canaã dos Carajás foi intenso. E atualmente

¹⁷ Empresa terceirizada, prestadora de serviço para mineradora Vale. Realiza levantamentos socioeconômicos

o valor pago pela empresa não seria possível comprar outro lote nem na periferia de Canaã, pois por conta da especulação, o valor dos imóveis subiram consideravelmente de 30 mil reais e casas para além de R\$ 70.000,00.

Os primeiros que fizeram é... Venderam e que soube aplicar o dinheiro, teve um bom resultado, porque comprou na época foi pra cidade, comprou um lote e deu de construir uma casinha, porque num evoluiu tanto, mais a partir que a cidade... Fez um inchaço na cidade, que levou... Cresceu a cidade, hoje quem vendeu naquela época, não compra o que compra hoje. Mesmo que ficar aqui e que vender não dá de comprar uma casa no Centro, do valor que tá. (entrevistado VI, morador, 07/09/2013)

A pressão psicológica é outra estratégia muito utilizada pela Vale para pressionar as famílias a aceitarem os valores propostos por ela. Funcionários da empresa terceirizada Diagonal, contratada pela mineradora para este serviço, muito bem treinados, com seus discursos prontos e alto poder de persuasão, passaram a visitar diariamente cada morador, fazendo-lhes pressão para aceitarem os valores, sem questionamentos. Afirmações como: *“para cá vão vir muitos homens, e as filhas de vocês poderão cair na prostituição; se vocês não aceitarem essa proposta a empresa não vai fazer outra; a partir desta data (ano de 2008) vocês não podem mais construir e nem fazer mudanças nas casas; - Caso não aceitem negociar, depositaremos o valor em juízo”*¹⁸. Tudo isso acontece com a conivência do poder público municipal, inclusive no corte dos serviços públicos obrigatórios.

“Olha, isso daí eles são muito peritos, pra fazer isso! Eles têm umas equipes de pessoas formadas psicólogos aí... Que eles vem martelam hoje, não conseguem, amanhã eles cansam e mandam uma outra equipe. E a gente só é um, e a gente vai, vai até que acaba cedendo né, com esse sedimento, eles acham que preferem gastar uma vultosa quantia com as pessoas pra iludir outros né, e não pagar aquilo que realmente a gente acha que é justo, pela uma vida que a gente tem aqui”. (Entrevistado II, morador, 08/09/2013)

Segundo um morador, quando questionaram o porquê da suspensão dos serviços básicos oferecidos pela prefeitura, um trabalhador da mineradora respondeu: *“O Racha Placa não existe mais”*¹⁹...A 4ª Unidade Regional de Ensino do Estado do Pará (URE) retirou o modular, que facilitava a vida dos alunos do ensino médio, evitando que estes viajassem cerca de 40 km até a escola mais próxima. Outros serviços importantes para a comunidade também estão sendo desativados como um posto da ADEPARA. De acordo com a moradora da vila, a

¹⁸ Fala de um funcionário da Vale em uma reunião como os moradores da Vila Mozartinópolis em 2008.

¹⁹ Fala de um representante da prefeitura de Canaã dos Carajás em 2010, durante reunião com representante da CPT.

sensação é de total abandono por parte do poder público municipal. Assim como a pressão psicológica vivida pelos moradores da vila por parte da Vale.

De abandono. Agora eu vejo é assim, porque eles não estão mais dando assistência, aqui a comunidade Racha Placa acabou. Quando a gente fala que mora no Racha Placa ainda o povo fica encabulado e diz: mais lá não acabou? Não sabem que tem ainda esse tanto de família aqui sofrendo né? Porque até nós tinha um ônibus que levava agora é pau de arara, nem ônibus mais pra levar a gente pra cidade não tem, ao invés de melhorar tá é piorando. (...) Eles falavam assim: que se a pessoa não pegasse aqui tanto, que a pessoa ia sair sem nada. Ou era aquele tanto, ou então era nada. Porque a Vale ia tirar de qualquer maneira. Ou então que a pessoa ia ficar sozinha aqui no meio do mato, que eles iam comprar o resto e a pessoa ia ficar aqui abandonada. Até hoje eles falam. Ou pega aquele tanto, negocia, faz por onde negociar, ou então vai ficar ai. Que a Vale não interesse no Racha Placa. Eles batem sempre nessa tecla: que a Vale não tem interesse no Racha Placa! (entrevistada I, moradora, 08/09;2023)



Imagem 16: Escola de ensino fundamental e médio da vila Racha Placa.
Fonte: Imagens feita pela autora.



Imagem 17: Posto da ADEPARA desativado da vila Racha Placa.

Fonte: Imagem feita pela autora.

De acordo com Brandão (2010) os métodos utilizados pelo capital são diversos e nada tendem a desejar em sua violência daqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva, quando da expansão do capitalismo, na primeira metade do século IX: expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias; a geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade; os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.); o uso do território e de seus recursos minerais, água, solo, mata e energia, até exauri-los. Conforme a fala de um morador da vila Racha Placa:

A empresa ela é muito hábil pra desativar. Quando a gente tenta fazer isso, eles logo vêm por trás, eles longo contratam uma equipe, pra desarticular qualquer resistência quando a gente tenta fazer né, e as pessoas por falta de informação, logo eles cedem. Eles pensam somente, as vezes individualmente, pensam que vão pegar aquilo, sofrem ameaças de que ou é aquilo, ou eles vão ficar naquilo isolados, e eles dão exemplos de outros lugares por onde eles desapropriaram e deixaram uma grande quantia assim de lado. E eu até conheço muitas pessoas aí, muitas famílias que ficaram isoladas em lugares por onde a Vale passou e desapropriou e deixou outros como quem diz assim: “você de pirraça”, eu vou deixar você aqui pra você sofrer o resto da vida (Entrevistado II, morador, 2013).

A empresa atua de todas as formas no sentido de desestabilizar as pessoas; política, econômica e psicologicamente, para que assim possa agir livremente na vila, facilitando a negociação sobre as áreas de seu interesse:

Olha! Ela influenciou de uma maneira prejudicial a todo tipo de atividade comercial aqui, de uma pessoa que tinha um comércio maiorzinho como o meu até que vendia...(...) o trabalhador que trabalhava limpando os pastos, roçando os pastos teve

seu trabalho... Não teve mais seu trabalho. O vaqueiro que tirava o leite também não. O que o fazedor de cerca, o que trabalhava numa outra atividade, num trator, numa máquina também não(...) Aquela turma que compra no comércio foi ficando sem trabalho e...Tendo que ir buscar trabalho longe(...)Daí influenciou à todos de uma forma negativa, de uma forma geral (Entrevistado III, morador, 07/09/2013).

No próximo tópico explanaremos de que forma os moradores da referida vila vêm buscando alternativas para compreenderem minimamente o processo pelo qual estão passando durante todo esse tempo.

3.2. Resistência dos moradores da Vila Racha Placa

Nesta seção será exposto o processo de organização dos moradores da vila Racha Placa. A partir da leitura de diversos trabalhos produzidos sobre a região e de exposições feitas por pessoas conhecedoras da realidade, o que percebe-se é que se trata de um espaço há muito tempo em disputa, onde são travadas lutas permanentes, principalmente no campo, por diversos interesses, pegaremos o exemplos do solo e subsolo.

Os atores sociais envolvidos nesta disputa procuram formas de organizações que lhes garantam o direito a terra e, no caso de expulsão ou expropriação, sejam garantidos direitos mínimos, ou seja, o mínimo de impactos socioculturais sobre as famílias dos atingidos por projetos de mineração. Desde a criação da vila, a organização dos moradores tem sido feita buscando garantias de benefícios para todos seus moradores. Entretanto, isto muda radicalmente com o processo de implantação do Projeto S11D e com as primeiras negociações que vem acontecendo desde 2008.

A implantação de grandes projetos impõe mudanças significativas a populações que habitam em áreas próximas de projetos de exploração mineral e para a implantação destes projetos na região, foi demandado grandes extensões de terras por parte do Estado e das empresas. O caso da vila Racha Placa não foi diferente, a Vale não só se apossou das grandes fazendas como entorno da vila, como também requereu a própria vila. Deixando um rastro de destruição.



Imagem 18: Imagem com casas em demolição na Vila Racha Placa
Fonte: Arquivo da autora.



Imagem 19: Imagem com casas em demolição na Vila Racha Placa
Fonte: Arquivo da autora.

Com a compra das grandes porções de terras em volta da vila, dá-se início aos primeiros cadastros para aquisição de imóveis e seus moradores eram informados que, a partir desse momento, as pessoas não poderiam mais fazer nenhum tipo de serviço nas casas, como reformas, construção de cercas, nem ao menos plantar algo, pois em pouco tempo a mineradora iria expropriar os moradores. Nesse processo seria considerado apenas o que

estivesse naquele cadastro inicial e o que fosse feito após, seria de responsabilidade dos moradores. Foram muitas as promessas feitas pela empresa, sempre ressaltando que iriam se aposar daquela área de qualquer forma.

Nas primeiras reuniões com a Vale, antes deles trazer as empresas terceirizadas ai que fazem o trabalho pra eles. Era a coisa mais bonita que eles apresentavam pra gente ai nas reuniões, umas conversas bonitas. E criou uma expectativa sim! E a Vale nossa! A Vale agora vai fazer e acontecer... Essa relação durou pouco, até as empresas chegarem. Aqui entrou uma empresa aqui, que eu vou falar o nome dela que é: a Diagonal. Que ninguém gosta dela aqui dentro, esse povo dela é odiado aqui dentro. Eles chegaram a fazer ameaça, vinham com intimidação, e falavam tanta coisa. E eu como comerciante aqui, é o lugar onde você escuta todo tipo de coisa que acontece na Vila. Uma senhora chegou falando aqui: Ah! Eles disse que pra cá vem três mil homens. E se eu não aceitasse a proposta deles eu ia ficar no meio desse pessoal ai com essas filhas minhas ai e que era um perigo né? De eu tá no meio, aquele tipo de conversa que intimida qualquer um mesmo e o pessoal daqui não é acostumado com esse tipo de coisa. Então são coisas que eles fizeram aqui que eu fiquei impressionado com a forma como a Vale usa pra montar seus projetos, eu acho que não seria necessário esse tipo de coisa, eu acho que tinha que ser pessoas mais preparadas pra lidar com essas pessoas humildes, porque elas tinham medo de qualquer coisa que falassem pra elas, elas viam e sentiam um impacto mesmo. Até quando veio... Esse pessoal “tava” totalmente abandonado aqui até a Pastoral da Terra mandar um advogado pra cá, foi quando começou as coisas (Entrevistado III, morador, 07/09/2013).

Em reuniões promovidas pela empresa com moradores da vila, quando estes últimos questionavam sobre os impactos causados pela empresa, seus funcionários diretos tratavam logo de saírem em sua defesa. Argumentavam que a empresa atua com responsabilidade social nas localidades onde se estabelecem. Entretanto, o que se constata é que existem muitas contradições entre o discurso da empresa e a forma como atua. Num trecho do documento para liberação do projeto, a Vale declara:

“É imprescindível destacar que o Projeto Ferro Carajás S11D visa contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento que seja simultaneamente, economicamente eficiente, socialmente justo e ambientalmente sustentável”(TJ-PA, 2010, p. 3).

No entanto, os moradores da vila só conseguiram chegar á um acordo com a empresa a partir da chegada de algumas instituições não governamentais na comunidade que lhe deram apoio jurídico e também orientações para que assim tivessem uma melhor organização diante dos problemas que estavam enfrentando. O que percebemos antes da chegada dos movimentos sociais, era uma situação de desolamento e de perplexidade que desorganizou politicamente os padrões de solidariedade até então existentes. A empresa agia livremente pressionando os moradores a fazer qualquer negócio. Como diz o dito popular: “levava o

povo em banho Maria”. De acordo um dos moradores da vila.

Olha graças a Deus! Graças a Deus! Que através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais chegou aqui até a comunidade a CEPASP e a CPT que são (órgãos né) ainda mais os universitários da faculdade de Marabá, da universidade de Marabá né? Que vieram aqui, tiveram palestrando e deram um apoio e estão dando até hoje. Se não fosse esses?! Minha amiga, nós estávamos como diz um velho ditado: Num mato sem cachorro! (entrevistado II, morador, 08/09/2013)

Mediante estes transtornos causados pela Vale e apoiados pelos movimentos sociais, os moradores buscaram formas de organização coletivas, que lhes possibilitaram melhor compreensão dentro do processo à que se viram submetidos. Criaram assim formas de resistências, desde a organização das famílias, articulação com outras vilas próximas, entidades de assessoria, denúncias junto a veículos de comunicação que possibilitaram maior visibilidade das atrocidades cometidas pela empresa às comunidades impactadas por seus projetos, interdição de tráfego em estradas de uso da empresa e pressões para negociações que já se estendem até o momento em que finalizamos esse trabalho.



Imagem 20: Reunião entre moradores e movimentos sociais na Vila Racha Placa
Fonte: Imagem feita pela autora.

No final do ano de 2010 foram feitas algumas reuniões com a Vale, onde ocorreram

pressões por partes dos moradores para que fossem solucionados os casos pendentes, ou seja, o que “restou” da vila, inclusive as pessoas com baixo poder aquisitivo “os pobres da vila”. Foi a partir dos acordos coletivos, e não mais, individualizados como era o desejo da empresa, que a mesma começou a tratar as pessoas que ainda habitam na vila com mais respeito. Entretanto, apesar das pressões dos moradores que agora têm o apoio jurídico e orientação política, as negociações se mantêm de forma muito lenta. A empresa não considera a desestruturação que causou na vila, ela firma acordos com os moradores em reuniões, mas, acaba descumprindo. Assim como nos afirma um morador da vila:

Olha, tem o grupo da terra, tem o grupo dos comerciantes e tem o dos funcionários públicos e tem esse que eles apelidaram de: casos pendentes. Que eles nunca assumiram, toda reunião que nós temos com eles falamos a respeito dessas pessoas, eles vão jogando pra frente, vão se descompromissando, eles não tem...não sei o que será dessas pessoas, porque são pessoas sem condições financeiras, são pessoas como eu já falei sem nenhum estudo né, são pessoas que não tem profissões, mais são gente, são gente né. E eles sempre sobreviveram antes da empresa eles sempre sobreviveram bem, nunca vi aqui ninguém pedindo nada a ninguém, nunca vi ninguém depender de uma cesta básica de ninguém, porque todos trabalhavam, tinha serviço, todos trabalhavam, todos adquiriam o seu pão (entrevistado II, morador, 08/09/2013).

Segundo a Vale (2011), as famílias residentes atualmente na vila são cerca de 92, distribuídas da seguinte forma: 74 em situação de vulnerabilidade, 17 em situação de não vulnerabilidade e 1 residente sem classificação. Na realidade este número é muito maior, porque na época do último cadastro(2010) a empresa DIAGONAL não levou em consideração o número de famílias que residiam em uma mesma casa, embora parentes, famílias que estavam temporariamente trabalhando fora da vila, e pessoas que não tinham documentos. A partir daí as famílias provocaram um início de negociação com a empresa.. Contudo, com o início das negociações surgem os grupos de interesses, que são avaliados conforme suas demandas, sendo estes demonstrados pela CPT (2011) e sistematizados por nós conforme a seguir:

- **Primeiro grupo:** Famílias que optaram por receber casa no núcleo urbano de Canaã dos Carajás (opção de atendimento urbano);
- **Segundo Grupo:** famílias residentes que optaram por negociação financeira;
- **Terceiro Grupo:** Servidores públicos concursados e contratados;
- **Quarto Grupo:** Famílias que fizeram a opção pela terra (Atendimento Rural);
- **Quinto Grupo:** Comerciantes e proprietários de linhas de ônibus local;
- **Sexto Grupo:** Pessoas não cadastradas/ casos pendentes;

Entre os acordos estão as seguintes cláusulas reivindicadas pela população da vila Racha placa, a serem atendidas pela empresa:

- 1- Provisão de alternativa de atendimento rural que possibilite o acesso das famílias à terra, viabilizando a manutenção das famílias que assim se caracterizarem com seus vínculos rurais. Aquisição por parte da VALE de uma área rural a ser dividida em lotes de 5 alqueires para cada família optante por esta alternativa (definir casos de inquilinos/cedidos);
- 2- Construção de vila rural com as infraestruturas e serviços existentes na vila atual;
- 3- Celebração de acordo entre o Vale S.A, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, com o objetivo de transformar área pretendida em Projeto de Assentamento de Rural, e definição de atribuições e responsabilidade.
- 4- Pagamento de auxílio por interrupção da atividade econômica, considerando o tempo de interrupção das atividades de geração de renda das famílias em Vila de Mozartinópolis – 01 salário mínimo por mês para cada família desde a efetiva mudança até o início da primeira safra na nova área onde serão assentados.
- 5- Pagamento pela aquisição de terras e/ou benfeitorias conforme valores de mercado conforme avaliação por empresa especializada com base nas normas técnicas – NBR 14.653-1/2/3.
- 6- Realização de um diagnóstico das áreas remanescentes considerando os possíveis impactos da remoção da comunidade de Mozartinópolis;
- 7- Tratativas com responsáveis pelas Igrejas locais (católica e evangélica);
- 8- Garantia de exumação e remoção dos corpos do cemitério local para o cemitério da nova vila.
- 9- Garantia de uma “compensação” individual e coletiva em razão da desestruturação sociocultural das famílias, considerando os seguintes aspectos:

Aconteceram diversas reuniões sobre a emblemática questão e uma em especial nos chamou atenção, realizada em (18/06/2012) na sede da empresa Vale em Canaã dos Carajás. Estavam presentes: Vale, INCRA, CPT, movimento social e moradores da Vila. A fala do então superintendente do INCRA esclareceu aos presentes que os moradores da vila não passariam por um processo de desafetação, pois a terra é da união, portanto não pode ser desafetada. Neste caso o que será feito é a Vale expropriar as famílias mediante indenização, sendo o papel do INCRA de criar benfeitorias de PA²⁰, homologar as famílias em RB (Registro de Beneficiários)²¹, reassentando assim essas famílias. A Vale entraria com as benfeitorias da terra como: Construções de residências padrão INCRA um pouco melhorada. O superintendente ainda se compromete com a empresa e com os moradores, prometendo flexibilizar a titulação da terra, pelo motivo dos mesmos já habitarem bastante tempo nela. Todavia houve um impasse entre empresa e poder público, um ficava jogando a responsabilidade para o outro, tendo assim que serem interrompidos pelo advogado da CPT.

²⁰ Até nossas últimas incursões de pesquisa a situação de implantação deste PA estava em construção de vias de acesso, de moradias, dentre outros serviços infraestruturais.

²¹ O RB (Registro Beneficiário) é um registro feito pelo Incra para controle e informações sobre beneficiários de programas e políticas de reforma agrária.

Nesta reunião ficou claro como as “responsabilidades sociais”, tanto por parte do Estado quanto da empresa ficam fragilizadas diante da pressão do povo por direitos mínimos.

Apesar dos esforços dos envolvidos na questão, não houveram muitos avanços quanto às primeiras negociações das famílias que ficaram na vila. A estratégia da Vale continua de ir negociando individualmente com as famílias, criando assim um clima de hostilidade. Com isso, acaba abandonando o acordo inicial coletivo e, conseqüentemente, vai removendo mais famílias da vila e isolando as que resistem. De acordo com morador.

... a Vale adoeceu todo mundo aqui dentro da vila. A pessoa aqui que não tá depressiva (o), ele tá alcoólatra, ele tá doente de uma forma ou de outra, ele tá doente. Então, aquilo que eu falei anteriormente, a Dona Creusa esses dias mais a Sandra que tem um comerciazinho ali, elas chegaram elas duas aqui e se abraçaram e choraram, minha mulher tentou conversar com elas. A Dona Creusa falando:- Eu não sei mais o que fazer? Porque a gente tá numa situação como uma canoa paralisada num lago, que não tem correnteza pra ir nem pra um lugar e nem pra outro. Aquilo ali pra onde o vento tocar... a gente não sabe pra onde vai o que a gente vai fazer.(...) A gente não tá aqui pra ficar o resto da vida à mercê da Vale aqui não... Nós precisamos de dar continuidade as nossas vidas hoje e planejar alguma coisa pro futuro ai, ninguém pode ficar aqui o tempo todo, porque não dá... Já vai quatro anos ai... Que esse povo tão ai e... Durante esse tempo, eles tem causado muito dano a população aqui oh! Mais muito mesmo!(entrevistado III, morador, 07/09/2013)

Diante desses percalços, as famílias resolveram tomar uma medida mais radical e ocuparam em 2011 a estrada que dá acesso ao projeto S11D, interditando o acesso ao trabalho de cerca de 600 funcionários de terceirizadas (empresas contratadas) pela Vale, para serviços de infraestruturas necessárias à implantação do projeto S11D. De acordo com uma moradora, o motivo foi o atraso na compensação financeira estabelecida judicialmente a partir das lutas dos moradores, assessorados pela CPT:

Foi porque eles atrasaram o salário nosso. Porque de três em três meses eles pagam esse salário, e já tava a quase quatro meses atrasado e eles não pagavam. E também por causa do prazo do documento rural, que eles deram um prazo lá... e nunca tinha nem feito nada,nada,nada na terra. Simplesmente compraram a terra e ficaram lá os guardas deles... e a gente não podia entrar que os guardas barravam a gente, que a terra era da Vale. E ai nós fechamos a estrada, pra poder ver se eles agiam né... ai nós ficamos não sei se foi três ou foi quatro dias com a estrada fechada, ai eles pagaram. Saiu o pagamento e de lá pra cá não atrasaram mais não. Porque com o fechamento da estrada eles disseram que tiveram muitos prejuízos pra eles. Os homens parados, mas tinha que pagar.(entrevistada I, moradora, 08/09/2013)



Imagem 21: Momento de diálogo entre representantes da Vale e moradores da vila Racha Placa.

Fonte: Arquivos CPT.



Imagem 22: Interdição da estrada que dá acesso ao projeto S11D por parte dos moradores da vila Racha Placa.

Fonte: Arquivos CPT.



Imagem 23: interdição da estrada que dá acesso ao projeto S11D por parte dos moradores da vila Racha Placa.

Fonte: Arquivos CPT.

Durante os dias de ocupação da estrada a empresa enviou alguns de seus representantes e acionou a polícia. Os que participaram dessa manifestação e considerados como “cabeças” lideranças, sofreram sanções que geraram processos judiciais e o Estado proibiu qualquer tipo de manifestação próximo ao projeto.

As negociações ainda perduram, a passos muito lentos; a empresa se esquivava de todas as formas, burocratizando cada vez mais o processo de negociações. Para ela é muito mais compensador barganhar com juízes, pagar vários advogados, constranger impunemente, do que honrar seus compromissos diante as populações atingidas direta e indiretamente pelos seus empreendimentos. Por isso, vale reiterar que os projetos de mineração existentes no Sul e sudeste do Pará pouco ou quase nada contribuem para o desenvolvimento da referida região. Pelo contrário, trazem consigo contradições incomensuráveis no que tange o direito do bem estar social, deixando estes sujeitos sem muitas opções com poucas ou nenhuma perspectiva. No caso da Vila Racha Placa, os trabalhadores ainda tentam resistir e muitas famílias ainda estão à espera do assentamento que por força de suas lutas, Estado e Vale se comprometeram a viabilizar o mesmo.

Sobre a atual situação da vila Racha Placa: Foram feitos acordos e negociações com as famílias consideradas comerciantes e donos de linhas de ônibus; as que optaram por negociação financeira; as que preferiram outro imóvel na cidade de Canaã; acordos com os funcionários públicos; foram iniciadas as construções de infraestruturas na área rural para

onde irão as 50 famílias que optaram por terra; encontram-se na vila em torno de 30 famílias consideradas como casos pendentes que não estão sendo levados em conta pela empresa, alguns comerciantes, totalizando umas 80 famílias. As famílias que irão para a terra continuam recebendo um salário mínimo por mês, que são liberados de três em três meses, às vezes com atraso como mencionado anteriormente. O último compromisso feito com a empresa é para que as famílias possam ir para suas terras até o final de dezembro de 2014, depois de implantadas as benfeitorias. Entretanto, a data proposta pela empresa, causa muitas dúvidas ao grupo da terra, pois já foram acordadas outras datas anteriormente e não cumprida pela mineradora. As famílias consideradas casos pendentes continuam reivindicando seus direitos, mesmo não sendo considerados pela Vale.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos buscar na origem do capitalismo interpretações que nos possibilitassem melhor compreensão de como funciona este sistema e seus desdobramentos ao longo da história. Para tanto, foi necessário que se fizesse uma leitura crítica do por quê? E da necessidade de sua universalização. Para quê? E para quem este sistema serve de fato?

Dos vários processos que perdurou o capitalismo histórico, podemos destacar que o processo de expropriação da (força de trabalho) propriedade dos camponeses foi o mais cruel. Retirou destes o direito à terra e conseqüentemente sua subsistência, deixando-os privados dos meios de produção, desagregando-os de sua propriedade e os inserindo às novas formas de produção, obrigando-os agora à vender sua força de trabalho, transformando-os em trabalhadores assalariados, dando-lhes assim garantias mínimas de sobrevivência, para que esse processo continuasse sempre e de novo. Engels; Marx (2006, p. 34-35).

Na região Amazônica, mais especificamente no sul e sudeste do Pará desde tempos remotos é recorrente o discurso de que constituímos um espaço vazio, desestruturado, “incivilizado”. Sem sombras de dúvidas este anunciado é válido se considerarmos a ausência de estruturas estatais nos diversos municípios e comunidades nela existentes; de um Estado que atenda as necessidades do povo e não somente de uma determinada classe. Contudo, se considerarmos desde sua “ocupação” a partir da política do governo militar até os dias atuais, sua presença é inquestionavelmente patente sendo que, seu papel tanto político quanto econômico é voltado para proteger e garantir os interesses das grandes corporações e seus projetos. É inegável sua ausência, quando o que está em questão são os interesses dos que

vem sendo historicamente excluídos por políticas implementadas pelos governos deste país ao longo de sua história. Entretanto, é importante lembrarmos que estes mesmos grupos políticos que excluem a classe trabalhadora, as incluem quando o que está em pauta é manter sua hegemonia no poder a qualquer custo. Seja pela força bruta, ou pelas suas políticas de convencimento.

Os grandes projetos esboçados para região sul e sudeste do Pará, sejam eles o da agropecuária, de mineração, siderurgia, monocultura, hidrelétricas são de negação ao direito de permanência de toda uma vida que aqui já existia. Contudo, estes projetos se afirmam, ao promoverem novas culturas de subsistência servil. Como é o caso da mineradora Vale, que adquiri força de trabalho por um valor irrisório, ou seja, desvaloriza e super explora os moradores mais próximos de seus empreendimentos; mais especificamente os mais jovens, cooptados pelas empreiteiras terceirizadas da Vale, com o discurso ideológico de melhora de vida, altos salários, poucas horas trabalhadas e com o discurso de que estarão contribuindo para progresso e desenvolvimento da região. A mineradora tem desenvolvido um alto poder de convencimento, com apoio incondicional dos meios de comunicação e do governo. E que encontra eco fácil devido a ausência do Estado com políticas públicas que garantam a permanência dos mais antigos, assim como da nova geração de camponeses no campo. Pode-se perceber, com a chegada destas empresas, a perda de toda uma cultura de subsistência familiar agrícola que garantem o abastecimento de alimentos dos centros urbanos próximos. O que percebemos é que estas novas formas de produção capitalista se sustentam, em detrimento às formas já existentes, ou seja, estas produções que passam a ser consideradas “obsoletas”.

Pudemos constatar diante da intensificação da expansão de projetos minerários no município de Canaã dos Carajás dirigidos pela empresa Vale S/A, grandes contradições entre seu discurso e sua prática nas comunidades onde atua. O Projeto Ferro Carajás S11D trouxe para a comunidade da vila Racha Placa adversidades e duríssimas alterações, sobretudo no que diz respeito a falta de emprego, êxodo rural, transtornos psicológicos, poluição ambiental, isolamento, dentre outras complicações. Entre os diversos impactos, a ausência do Estado no que tange a garantia dos direitos dos trabalhadores e moradores da vila torna imprescindível que façamos uma reflexão mais ampla sobre o que os moradores estão enfrentando desde 2010. Quando se trata dos interesses da Vale, são lhes dadas todas as garantias para dar sustentabilidade aos seus projetos, por órgãos públicos e privados, com intuito de proteger a qualquer custo e garantir sua onipresença. Neste sentido o Estado se apresenta em sua forma mais específica, o seu forte aparato policial e jurídico que, em tese, deveriam proteger e garantir a segurança de toda a sociedade, mas, que acaba sendo subserviente aos interesses

das grandes corporações, no caso a Vale.

Vivemos num país “democrático” e por assim ser, devíamos ter toda liberdade de nos expressar e nos manifestar, quando nossos direitos adquiridos através de muita luta são violados. Ao contrário, na vila Racha Placa, foi retirado dos seus moradores o direito de manifesta-se. E se o fizerem, o resultado são duras retaliações e punições por parte da Vale apoiada por órgãos do Estado em suas diversas instâncias. Quando é acionada pela empresa a policia rapidamente se manifesta, da mesma forma, se necessário, rapidamente juizes prescrevem extraordinariamente petições e sentenças, que “curiosamente” em outras circunstâncias demandariam algum tempo para serem sancionadas.

Mediante estes transtornos, a solução da comunidade de criar formas de resistências, de buscar apoio de órgãos governamentais e entidades dos movimentos sociais para enfrentar o descaso da mineradora e do poder público municipal e federal, renderam a algumas pessoas envolvidas retaliações, tais como processos judiciais e grampos telefônicos ilegalmente praticados pela empresa. Desta forma nos questionamos se realmente há democracia no modo de produção capitalista? E se esta serve verdadeiramente a toda a sociedade de forma igual?

Nos chamou atenção durante a pesquisa é que a Vale se utiliza dos mesmos métodos com diferenças mínimas, nos diferentes lugares onde atua. Desestruturar socioculturalmente as comunidades no entorno de seus projetos, é uma estratégia bastante recorrente da empresa. Na vila Racha Placa não foi diferente, isolou as famílias de agricultores, desativou os poucos serviços públicos existentes, ou seja, fez um cerco para que os moradores ficassem em estado de vulnerabilidade para que a empresa pudesse agir livremente. Seus moradores ficaram sem saber ao certo o futuro que lhes aguardaria, visto que foram compradas várias áreas no entorno da vila deixando-a em isolamento total, á não ser pelo barulho estridente do vem e vai dos gigantes caminhões das empreiteiras contratadas pela Vale para transportar material para o projeto S11D, cortando a pequena Vila a todo o momento.

A comunidade encontra-se atualmente num clima de total abandono e sentimo-nos também desolados ao lembrar a primeira visita à vila e visualizá-la neste novo contexto, pois compreendemos que esta situação não é uma circunstância isolada do contexto mundial onde atua a empresa. O que pode variar é o grau de informações adquiridos pelas comunidades impactadas direta e indiretamente. E isto só é possível, com as parcerias com diversos movimentos sociais; essa união faz toda diferença no enfrentamento com a empresa. O grau de conhecimento dos efeitos nefastos da empresa sobre as comunidades, organização do povo, são fatores determinante no futuro das mesmas. Percebemos isto com as poucas, mas valiosas conquistas pelas famílias da vila Racha Placa na conquista de uma área para assentar 55

famílias (com residência pronta), ajuda de custo trimestral dentre outros benefícios. Ainda em negociação, mas ajuizado legalmente, os benefícios prometidos pela empresa e o INCRA, infelizmente ainda não foram disponibilizados para a comunidade. Desde o início das negociações até hoje somam-se aproximadamente cinco anos num jogo de enormes discrepância de poder entre as partes. A empresa joga as responsabilidades para o poder público e este para a empresa. E neste imbróglio, as pessoas vão ficando sem saber o que fazer, sem perspectivas sobre o futuro que as esperam.

Entendemos que os desdobramentos das negociações da vila Racha Placa, a oposição da empresa em não ceder às reivindicações da comunidade, que para a Vale significa valores irrisórios, é apenas uma desculpa, com a verdadeira preocupação da empresa de não abrir precedentes para posteriores lutas e resistências nas localidades onde atua, o que para ela incorreria em riscos incomensuráveis. É muito mais rentável e seguro, para controlar possíveis exemplos, fazer valer o jogo de interesses entre poder público e privado que lhe assegurem a comodidade de agir livre e arbitrariamente, prevalecendo o poder econômico amparado pelo Estado.

Percebemos que a expansão e consolidação do capital se contradiz no seu próprio discurso, pois ao mesmo tempo em que abastece os cofres dos seus acionistas majoritários (que em sua maioria nem habitam o país), e de alguns que se beneficiam com a implantação destes projetos, inclusive políticos que captam altas quantias para suas campanhas eleitorais e enriquecimento próprio, ao mesmo tempo fere os direitos das pessoas e destrói vidas.

Concluimos que o Projeto de Ferro Carajás S11D, assim como outros grandes projetos esboçados para a região sul e sudeste paraense, em nada contribuem para desenvolver a região, ao contrário, desestruturam toda uma forma de vida já existente e de outras que historicamente vem tentando se estabelecer na região. Isto vem se intensificando mediante a voracidade do sistema capitalista, de esgotar a todo custo o que resta de recurso natural na região transformando tudo em mercadoria, inclusive o próprio ser humano.

É necessário que nos questionemos, se há verdadeiramente a necessidade de sacrificar a própria vida em nome de um “desenvolvimento” que ao contrário do que propaga, só traz destruição e desestruturação. Quantas vidas ainda custarão? Continuaremos passivos á toda esta situação? Continuaremos fazendo vistas grossas aos constantes pactos de hipocrisia entre grandes corporações e Estado em nome de desenvolver as regiões ditas “atrasadas”? Comunidades inteiras ainda serão dizimadas, como é o caso da vila Racha Placa? O que ficará para as futuras gerações? Qual legado deixaremos?

Compreender as diferenças ideológicas de cada grupo, seus projetos, suas pautas é um grande avanço para que os movimentos sociais não se “estranhem” tanto. Não podemos negar os avanços nas lutas que houveram na região no que diz respeito ao processo organizativo de fazer compreender o que significa esta região para o restante do país e do mundo. Contudo, não podemos negar que jamais na história da humanidade houve um sistema tão organizado quanto o capitalista e nenhum se manifestou tão nefasto também. Acreditamos necessário que, mais do que urgentemente, os diversos movimentos sociais comecem a se articular numa organização local unificada, que também possa ser ramificada à outras Amazônias, e talvez assim possamos juntos, organizados, resistir e enfrentar os males que nos assolam há tempos. Quem sabe assim tenhamos uma chance de mudar mais este triste capítulo da história da humanidade.

Seremos capazes algum dia de sairmos de nossa zona de conforto? Ou simplesmente continuaremos a fazer ações paliativas, num processo de naturalização à toda esta violência?

É importante avaliar que este trabalho não se exaure nessas páginas. Faz-se necessário o prolongamento das reflexões e ideias e é de nosso interesse que continuemos a discutir a temática e aprofundar as diversas questões que foram aqui construídas.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Vanderlei de Rui. O Advento da Mineração em Carajás: contribuição à história da campanha Vale do Rio Doce na Amazônia. In: BEISIEGEL, Vanderlei de Rui; TEIXEIRA, João Batista G. (Org.). **Carajás Geologia e Ocupação Humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo**. Editora Lamparina, Rio de Janeiro: 2010.

BRASIL. CPRM – Serviço Geológico Brasileiro. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil- PGLB: Marabá – folha SB .22-X-D, Estado do Pará, Maranhão e Tocantins**. Brasília: CPRM/DIEGDIG/DEPAT, 2001.

_____. Decreto de Lei n. 1813 de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial para os empreendimentos integrantes do Programa grande Carajás e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de nov. de 1980.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA, ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR (CEPASP) *et.al.* **Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo**. CEPASP, Rio de Janeiro 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT, 2013.

_____. Encaminhamento de negociação da Vila Racha Placa. Marabá, 2013. 7p.

_____. Ata de reunião entre representantes da Vale e oradores da Vila Racha Placa. Canaã dos Carajás, 2011. 7p.

DE PAULA, Elder Andrade. O Grande projeto: quando destruição/conservação convertem-se em “oportunidades de negócios”. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FIGUEIREDO, L. A. V. Cavernas e mineração: um diálogo necessário. **The Mine**, São Paulo, vol.4, n. 21, p. 34-38, mai/ jun. 2009.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ. **Relatório de Prospecção e Documentação Espeleológica do Corpo D Serra Sul**. Marabá, 2004

HARVEY, David. O Novo Imperialismo: Acumulação por Espoliação. In: **O novo desafio Imperial**, CLACSO, Buenos Aires, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de João Alexandre Peschanski.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Parecer técnico N°01/2012 – Mosaico de UCs de Carajás. **Mosaico de unidades de conservação de Carajás**, Brasília, 16 de fev. de 2012.

LEROY, Jean Pierre; MALERBA, Juliana (Org.). **IIRSA, energia e mineração**: ameaças e conflitos para as terras indígenas na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Fase, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital**. Lv. I, Vol. 2,

12ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará**. 2008. 100f. Monografia (História) – Universidade Federal do Pará, Marabá, 2008.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e devastação da Amazônia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

TEIXEIRA, João Batista G. A Nova Amazônia Mineração. In: BEISIEGEL, Vanderlei de Rui; TEIXEIRA, João Batista G. (Org.). **Carajás Geologia e Ocupação Humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJ-PA). Ação de constituição de mina. Canaã dos Carajás, 2010. 23p.

VALE. **Estudo de Impacto Ambiental EIA-RIMA Projeto Ferro Carajás S11D**. Canaã dos Carajás: Golder Associates, 2009.

_____. **Vila Mozartínópolis: Projeto Ferro Carajás S11D**. Canaã do Carajás: Diagonal, 2011. 13 dispositivos, color.